

ATA N.º 06/2019

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 18 de dezembro de 2019-----

----- Aos 18 dias do mês de dezembro de 2019, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

2 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Mário Miranda de Almeida;-----

3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Altino Domingues Cruz;-----

4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação da parcela do terreno do domínio público municipal na Rua Joaquim António de Aguiar, na cidade de Cantanhede / Processo n.º 1346/2019 / José Manuel Pina Oliveira;-----

5 - Substituição de um elemento do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento;-----

6 - Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2020;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção de passeios na Freguesia de Ançã;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / escoamento de águas pluviais na Rua dos Barrios - Cadima;-----

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Projeto de construção do Museu da Ourivesaria e Relojoaria de Febres;--

- 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Requalificação do Estaleiro da Junta de Freguesia;-----
- 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Colocação de toldo na Escola EB1 da Sanguinheira;-----
- 12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Obras de beneficiação do Complexo Desportivo da Tocha;-----
- 13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Beneficiação da EB1/JI da Tocha;-----
- 14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Requalificação do Lago da Praia da Tocha;-----
- 15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Construção de passeios junto à Escola Técnico Profissional de Cantanhede;-----
- 16 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de corta mato e reboque;-
- 17 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Ampliação dos cemitérios da freguesia;-----
- 18 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação de Largos em Vilamar e Corticeiro de Cima;-----
- 19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de pórticos toponímicos;-



- 20 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de terreno para estaleiro e alargamento do Cemitério da Camarneira;-----
- 21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Extinção de poço na via pública;-----
- 22 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação da sede da Junta de Freguesia;-----
- 23 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e Uniões de Freguesia parceiras / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2018/2019;-----
- 24 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias ou Uniões de Freguesia do Concelho;-----
- 25 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Prova Desportiva / VI Prova da Taça Regional do Centro em XCM;-----
- 26 - Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2019 pela Câmara Municipal de Cantanhede;-----
- 27 - Apreciação, discussão e votação da minuta do aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Autoridade de Transportes entre o Município de Cantanhede e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;-----
- 28 - Apreciação, discussão e votação da proposta de acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos da Delegação das

Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, CIM-RC;-----

29 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo Municipal;-----

30 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento de Incentivo à Empregabilidade;-----

31 - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sessão de 14/12/2018 / Para conhecimento;-----

32 - Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA);-----

33 - Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / Concurso Público para a Requalificação das Ruas Joaquim António de Aguiar, do Sequeira e Saro Negrão, por empreitada;-----

34 - Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / Concurso Público para a Requalificação do Bairro Vicentino – Edificação e Espaço Público, por empreitada;-----

35 - Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / Concurso Público para a Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do acordo quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários (AQ 09/2018), promovido pela CIM-RC;-----

36 - Apreciação, discussão e votação da retificação da Deliberação de 17/10/2017 / Remuneração dos Membros do Conselho de Administração da INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.;-----



- 37 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2020 / Transportes Urbanos de Cantanhede;-----
- 38 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2020 / Limpeza urbana;-
- 39 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2020 / Quinta Agrícola Biológica;-----
- 40 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2020 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;-----
- 41 - Reembolso e restituição da Derrama liquidada em 2017 pelos Sujeitos Passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00 €, no exercício económico de 2017 / Para conhecimento;-----
- 42 - Apreciação, discussão e votação da 6.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2019.-----
- 43 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2020.-----
- Iniciada a sessão, o Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, informou que o Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, iria entrar no decorrer da sessão, e assumiu de seguida a Presidência. De seguida, conferiu com a Mesa as presenças,

ausências e substituições operadas, tendo justificado a falta do Sr. José Carlos Martins de Jesus e da Sr.^a Andreia Carolina Ferreira dos Santos Miranda Domingues. Pedido de substituição do Sr. Artur Jorge Dias Carvalhinho da bancada do PS pelo Sr. Vítor Manuel Bispo Folgado, da mesma bancada, conforme documentos apresentados.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 05/2019, da sessão da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 05/2019, da sessão da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----O Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 28 de setembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019 informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Informou, de seguida que a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitou a inclusão na agenda da presente sessão de mais três pontos, nomeadamente: - **“Requalificação Urbana nas Freguesias/ Celebração de Contratos Interadministrativos de delegação de competências com as Freguesias e com as Uniões de Freguesias do concelho para o ano 2020”**; - **“Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias / aplicação do decreto-lei n.º 57 de 2019 de 30 de abril”**; - **“Contratação de Empréstimo de Longo Prazo para a Requalificação da Rede Viária do concelho no montante de três milhões e duzentos mil euros”**, os quais poderão ser



apreciados após os Pontos já agendados, no final da sessão, nos termos do n.º 4 do art.º 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Cantanhede. Colocada a votação a inclusão dos preferidos pontos na agenda de trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes, informou da presença na sessão do Sr. Professor Alexandre Tavares, atual Presidente da ADCL - Águas do Centro Litoral. Recordou, de seguida que já estiveram presentes na Assembleia outras personalidades ligadas ao assunto das descargas nas Cochadas e à necessidade de ultrapassar aquele constrangimento. Após agradecer a disponibilidade e o diálogo que o Senhor Professor Alexandre Tavares tem mantido com o Município informou que o mesmo iria fazer o ponto da situação na intervenção que vai decorrer. -----

----- O Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, deu então a palavra ao Sr. Professor Alexandre Tavares, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu o convite formulado. De seguida, e conforme foi solicitado pela Sr.ª Presidente da Câmara, informou que, relativamente ao problema ambiental em causa, enquanto Presidente do Conselho de Administração das Águas do Centro Litoral, tem tentado resolver algumas inconformidades patentes no Município, as quais têm ligação com o Município de Mira e que envolvem um conjunto de infraestruturas. Assim, informou que, a construção da nova ETAR irá permitir a gestão de caudais de águas residuais e criar um novo referencial de segurança e de qualidade ambiental

no que toca à gestão dos caudais de pico que, na época de inverno, acabam por transparecer para além do normal funcionamento. Transmitiu de seguida que, o seu compromisso pessoal, bem como da administração das Águas do Centro Litoral é de acompanhar o processo em permanência, tentando que a construção da ETAR e dos emissários associados para a requalificação de um conjunto de acesso à mesma e de um *bypass* que irá em direção à ETAR de Ílhavo, se façam da forma mais célere, porque tem noção dos impactos ambientais, dos condicionantes sociais e das dinâmicas que determinam. Esclareceu que, quando tomou posse do Conselho da Administração da empresa Águas do Centro Litoral, uma vez que a Secretária de Estado do Ambiente é nova e queria transmitir com alguma segurança o que estava em curso, pediu uma elencação de todos os passos associados à construção daquela ETAR e teve a preocupação de perceber onde se poderia ganhar algum espaço, sabendo que, poderá haver em todo o processo alguns condicionantes que dependem de terceiros. Informou que a aprovação por parte da Secretaria de Estado chegou à empresa Águas do Centro Litoral no dia 13 de novembro e que, paralelamente, tentou contactar todos os proprietários dos terrenos, tentando otimizar os prazos para que se efetivasse a aquisição dos terrenos de forma mais célere, pelo que o cronograma inicialmente previsto para fevereiro de 2020 está praticamente concluído, assim como os trabalhos auxiliares e a contratação da realização do relatório e levantamento topográfico, que estavam calendarizados até março de 2020. Referiu que se encontram na fase do lançamento da empreitada, e que em janeiro ou fevereiro, na pior das hipóteses, iriam lançar o concurso público, o qual se prevê que decorra por cerca de dois anos e meio. Manifestou o desejo de uma boa interlocução entre as partes, para que o concurso decorra de forma mais célere, apesar de todos os enquadramentos dos conhecem, e espera que a concretização se possa fazer a bem

do contexto ambiental e das pressões e dinâmicas sociais de todos os envolvidos no processo. Acrescentou ter tido a oportunidade de reunir com a INOVA e com o Município de Mira, nomeadamente, para discutir sobre a adoção de um conjunto de práticas que pudessem ajudar a fazer aquela travessia até à concretização da obra. Afirmou que, todos terão de lidar com o processo de uma forma construtiva, uma vez que a solução para o problema que se arrasta há vários anos é a construção da ETAR pela ADCL, o que demorou cerca de três anos a ser decidido, interessando agora concretizá-la de uma forma mais adequada e ajustada do ponto de vista temporal. Afirmou ainda que, até lá e da parte dos dois Municípios, serão realizadas mais reuniões de trabalho, tendo em vista criar algumas soluções, como por exemplo para a eliminação de caudais, olhar para as afluências indevidas, quer do ponto de vista da quantidade, quer do ponto de vista da qualidade, para que, no ponto de entrega na estação elevatória, não existam os problemas recorrentes que decorrem da capacidade máxima do sistema para que está dimensionado naquelas condições. Recordou que o sistema está dimensionado na sua plenitude para um determinado caudal, verificando-se que, entre julho e outubro não há problemas, fazendo sentido o dimensionamento doméstico. Assim, quando há afluências indevidas e caudais de pico, ambos os Municípios têm que aprender a lidar com eles de uma forma ajustada e construtiva. Finalmente, colocando-se à disposição dos presentes para qualquer esclarecimento, recordou ainda que o concurso é um concurso de conceção, com construção e que, no momento, está a ser feita uma análise custo/benefício, para todos os investimentos superiores a 5.000.000,00 €, nomeadamente, para a ETAR com um investimento de cerca de 7.500.000,00 €, para um conjunto de infraestruturas de cerca de 2.400.000,00 € que vão melhorar todo o funcionamento do sistema, e para a remodelação das condutas em cerca de 2.300.000,00 €.

----- Entrou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, João Moura, assumindo a presidência, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu ao Sr. Primeiro Secretário por ter dado início aos trabalhos e questionou se algum dos Membros pretendia solicitar alguns esclarecimentos ao Sr. Professor Alexandre Tavares.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu então a palavra ao Sr. José Vieira, o qual após cumprimentar todos os presentes, dirigindo-se ao Sr. Professor Alexandre Tavares, congratulou todo o trabalho desenvolvido, bem como a celeridade que a ADCL está a tentar dar ao processo. Referiu, de seguida, a preocupação da bancada do PS perante alguns dos cidadãos que foram afetados com as tais descargas, um dos quais ficou sem uma plantação de agriões e algumas estufas e questionou se está a ser pensada alguma situação em relação àquelas pessoas, as quais não tiveram nada a ver com aquela situação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes, congratulou-se com as informações que foram dadas pelo Senhor Professor Alexandre Tavares e questionou se, nos dois anos e meio de obra, vai haver algum plano para a mitigação das descargas que continuam a existir, embora em muito menor quantidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Professor Alexandre Tavares, o qual informou que, relativamente ao lesado, cujo processo conhece, bem como os contornos que o motivaram, não está enquadrada nenhuma solução da parte da ADCL. Acrescentou saber que o anterior Presidente da ADCL teve inúmeras interações sobre o assunto, não estando nada previsto e que a sua atual preocupação é que o concurso seja lançado o mais rapidamente possível,

sendo necessário passar uma informação positiva para a comunidade, porque será um processo de construção que vai ter os seus impactos, mas com a garantia que daqui a dois anos e meio existirá uma nova solução. Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, informou que a ADCL tem por função gerir e tratar os caudais que lhes chegam dos sistemas em baixa e tem estruturas dimensionadas de uma forma que se tem verificado que estão aquém das reais necessidade em situações de precipitação, o que originou as duas obras que estão para ser iniciadas. Relativamente ao que a ADCL poderá fazer em concreto, deu como exemplo, a sugestão dada em setembro aos responsáveis pela Direção das Águas Residuais, nomeadamente, que o tanque que está no ponto de entrega fosse limpo, para que todo o volume estivesse disponível e acomodasse o maior número de caudal possível, tendo-se verificado no início do mês de novembro, que foi bastante chuvoso, menos descargas do que era habitual. Referiu no entanto que, apesar de pequenos ajustes que poderão ser feitos, as descargas não vão deixar de existir e sempre que as houver a ADCL fará uma participação à Agência Portuguesa do Ambiente, bem como uma avaliação do meio hídrico. Referiu que, conhecendo o problema e a dimensão temporal até à sua resolução, mesmo criando um sistema um tanto ou quanto sobredimensionado para situações de pico, se elas forem extraordinárias, haverá sempre um limiar que será ultrapassado. Afirmou que vão ter que perceber, por exemplo, que as influências indevidas que não são da responsabilidade da ADCL, do ponto de vista, quer da quantidade, quer da qualidade, o são do ponto de vista da gestão industrial sendo importante que todos os interlocutores do território tenham essa noção, porque, se tiverem acessos elevados com uma concentração em determinado momento, relativamente a outros momentos menos elevados, isso condiciona todo o processo

de tratamento que depois vai para a ETAR de Ílhavo, ou seja, todos devem estar cientes que devem aliviar a tensão do sistema. Resumindo, afirmou que, vai haver descargas até à obra estar feita mas todos os interlocutores envolvidos deverão lidar com elas da forma mais positiva possível, fazendo os possíveis para eliminar os caudais.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, nas reuniões onde esteve presente, o Sr. Professor Alexandre Tavares solicitou, por exemplo, que a INOVA fizesse a reformulação da rede existente para atenuar aquelas situações. Acrescentou que, por vezes surgem situações pelas quais a INOVA não é responsável e que não pode controlar, tal como no caso em que mãos criminosas colocam coisas em algumas condutas. Assim, referiu ainda que, mesmo havendo boas intenções por parte de todas as instituições que estão envolvidas no processo, por vezes não conseguem ultrapassar tudo o que possa surgir. Finalmente, em seu nome pessoal e em nome do Município agradeceu, mais uma vez, toda a disponibilidade que o Sr. Professor Alexandre Tavares teve e continua a ter relativamente àquele processo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, agradeceu também, em nome da Assembleia Municipal, ao Sr. Professor Alexandre Tavares a sua disponibilidade para estar presente na sessão e falar sobre um assunto que é tão importante e crítico para o Concelho nos últimos tempos. Recordando, de seguida que teve já início o período de antes da ordem do dia deu as boas vindas ao Sr. Victor Folgado que se encontra em substituição do Membro da Assembleia do PS, Sr. Artur Carvalhinho. Informou ainda que, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves só poderá estar presente na sessão até às cinco horas da tarde, prescindindo da senha de presença.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Ana Margarida Maia, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, colocou as seguintes questões: - Relativamente à fibra ótica em Cantanhede, referiu que foi divulgado pela Rádio Regional do Centro no dia 12 de dezembro de 2019, um investimento de 7.000.000,00 €, bem como "instalação de cabo de fibra ótica". Assim, colocou as seguintes questões: - Esse investimento vai chegar a todas as localidades do nosso concelho, mesmo as mais pequenas e esquecidas pelas operadoras e demais entidades públicas e privadas? - Qual é o papel da autarquia na estratégia da disponibilização de fibra ótica no concelho? - Que custos teve para a autarquia o trabalho efetuado até agora? - Irá continuar a propagação de fibra ótica em todo o concelho? - Quais foram ou foram os critérios de escolha dos locais onde instalar fibra ótica? - Relativamente às árvores que se encontram no Largo da Cruz, em frente ao Clube em Lemede, que foram tratadas pela INOVA e se encontram secas e a precisar de serem substituídas, quando serão realizados os necessários trabalhos de corte e limpeza das mesmas? - Os moradores da Carreira da Brisa, na localidade de Lemede, questionam sobre a possibilidade de alterar a colocação da lâmpada lá existente, pois não têm iluminação na Carreira porque tem uma grande inclinação feita em pedra e, por isso não conseguem ver o caminho para casa, o que já provocou quedas de quem lá passa. Finalmente, informou ter enviado ao Sr. Presidente da Mesa, João Moura, em nome da bancada do Partido Socialista, uma proposta de voto de louvor ao conterrâneo e cientista Gonçalo de Sá e Sousa de Castelo-Branco, a qual caso não seja possível incluir na ordem de trabalhos da presente sessão, solicita que possa ser incluída na ordem de trabalhos da próxima Assembleia.-----

----- Relativamente à proposta de Voto de Louvor, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que foram definidos procedimentos, no sentido de fazerem chegar

essas propostas atempadamente a todos os Elementos da Assembleia para poderem ser apreciadas e até mesmo subscritas por todos. Acrescentou que poderão haver situações que, por uma situação de urgência possam ter outro tratamento, mas no caso concreto considerou não se justificar.-----

----- A Sr.^a Ana Margarida Maia agradeceu a atenção dada ao assunto e, considerando que efetivamente deve existir disciplina, recordou já ter enviado a proposta de Voto de Louvor via *mail* ao Sr. Presidente da Mesa e disponibilizou-se para a enviar aos restantes Membros, para que possa ser apreciada por todos, atempadamente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, respondeu que ele próprio reencaminharia aquela proposta de Voto de Louvor aos restantes Membros da Assembleia para que, na próxima Assembleia Municipal, se esse for o entendimento, a bancada do Partido Socialista possa propor, em articulação com as outras bancadas, uma proposta única.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a Autarquia recebeu recentemente o galardão de autarquia familiarmente responsável, resultado de muitas ações e de um trabalho continuado. Acrescentou que, em onze anos consecutivos, a autarquia foi distinguida com aquele galardão, devido à política de apoio às famílias, não só no que diz respeito aos ascendentes como aos descendentes. Esclareceu que essas ações, feitas pela Ação Social, são destinadas aos agregados mais desfavorecidos economicamente e socialmente, através de ajudas específicas e personalizadas a vários níveis tais como: - O Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, através do qual, decorridos cinco anos desde a sua implementação e até 30 de setembro do corrente ano, já foram apoiadas 653

crianças com a atribuição de um subsídio no valor de 500,00 €, sendo que 234 subsídios foram atribuídos na União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e 419 nas restantes freguesias; - A redução do IMI às famílias, com uma redução do IMI de 20,00 € para agregados familiares com 1 dependente, 40,00 € para os que têm dois dependentes e 70,00 € para os que têm três ou mais dependentes a seu cargo; - No âmbito do Regulamento de Atribuição de Subsídios a Agregados Familiares em Situação de Extrema Carência Económica do Concelho de Cantanhede, foram atribuídos, durante o ano 2019, 19 apoios no âmbito da ação social e saúde, que totalizaram a verba de 14.568,00 €; - No âmbito dos apoios à habitação, obras de melhoria e adequação habitacional, continuam a desenvolver-se diversas diligências no sentido de ultrapassar dificuldades de processos pendentes, maioritariamente relacionados com a posse das habitações em questão. Acrescentou que foram submetidos a decisão e aprovação em reunião de câmara, processos no valor de 35.000,00 €; - A criação do Serviço de Atendimento Permanente ao Múncipe, denominada Ação Social Direta, com o objetivo de avaliar, diagnosticar e encaminhar os munícipes e que já atendeu 1.061 situações, provenientes de munícipes com carências diversas durante o ano de 2018; - No âmbito do Rendimento Social de Inserção, o Município de Cantanhede é um parceiro obrigatório do núcleo local de inserção, de modo a conferir às pessoas o mínimo de subsistência e favorecer a progressiva inserção laboral, social e comunitária; -. A resposta social do Banco de Recursos da Colmeia que, em dezembro de 2019, tinha 886 titulares do Cartão Colmeia, mais 51 que o ano anterior, correspondendo a cerca de 2342 pessoas; - O Banco de Voluntariado que, no final de 2019, tinha 623 voluntários inscritos; - A entrega de 85 cabazes de Natal à Conferência São Vicente de Paulo, por ocasião do Natal, para apoiar pessoas e famílias carenciadas numa época que se deseja mais

solidária; - O Banco de Recursos da Colmeia que também, juntamente com a ETPC, AEC, a Delta e alguns cidadãos, distribuíram cabazes de Natal a mais de 30 famílias; - A continuidade do projeto da Praia Acessível, "Praia para Todos"; - O projeto Filarmónica, animação musical destinado a indivíduos das várias gerações; - As tardes comunitárias, com o objetivo de motivar a população sénior a desenvolver a sua inserção psicossocial em atividades sociais, culturais, desportivas e lúdicas; - O apoio às IPSS, através de uma rede que está estabelecida; - O programa ABEM, rede solidária do medicamento que visa garantir, numa primeira fase, que 50 municípios em situação de carência económica, tenham acesso a medicamentos de que necessitam, através de um cartão que lhes permite medicamentos comparticipados, prescritos pelo médico e de forma gratuita; - A abertura do Balcão de Inclusão para o atendimento qualificado dos municípios com deficiências e incapacidades e respetivas famílias, com técnicos que lhes asseguram informação integrada sobre direitos, benefícios e recursos existentes para a resolução eficaz dos seus problemas. Para além desse galardão, destacou ainda o reconhecimento dado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, ao distinguir o Município de Cantanhede com a marca Entidade Empregadora Inclusiva, no âmbito do programa de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade, sendo o único Município da CIM - Região de Coimbra, a receber aquela marca, no passado dia 9 de dezembro, em Coimbra, com a presença da Senhora Secretária de Estado da Inclusão e de Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes. Acrescentou que aquela marca foi obtida através da avaliação de vários parâmetros, entre os quais, o número de trabalhadores com deficiência que o município emprega, incluindo todo o esforço requerido para ajustar todas as condições de trabalho, a melhoria da acessibilidade dos Paços do Concelho com a adaptação dos espaços públicos e das condições de



acessibilidade, a alteração das equipas de trabalho e das suas próprias tarefas e a reorganização do espaço e dos processos de trabalho dos trabalhadores em causa para os poder incluir e dar uma perspetiva de carreira. Finalizou a sua intervenção dando os parabéns ao Município por todo aquele trabalho da Ação Social e pela obtenção daqueles dois galardões.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Vieira, o qual na sequência da anterior intervenção, também deu os parabéns à Câmara Municipal por todas as boas práticas que tem concretizado. Enalteceu de seguida, o facto do Município de Cantanhede ter sido distinguido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito do programa do emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiência e incapacidade, com a marca de Entidade Empregadora Inclusiva, porque, como todos sabem, para além de ter um familiar que foi acolhido pela Câmara, precisamente naquela situação da inclusão, também pelo facto de poder passar a mensagem ao resto do município, aos cidadãos e às empresas sobre a forma como se devem incluir as pessoas com um qualquer grau de deficiência. De seguida, teceu algumas considerações sobre os seguintes assuntos: - Referindo-se ao canil municipal, recordou que, como todos sabem, apesar do mesmo ter todas as condições e os técnicos competentes, já atingiu a sua lotação não sendo possível, no momento, receber mais animais. No entanto, conforme pôde verificar em frente à Caixa de Crédito, anda um cão a atravessar a estrada, abandonado. Assim, questionou sobre o que a Câmara pensa fazer em relação ao problema dos cães e dos animais que andam pela cidade e, sugeriu a criação de um projeto de sensibilização à população em geral e às Associações de Caçadores sobre a questão do abandono dos animais; - Relativamente aos campos de ténis e verificando-se que os mesmos têm mais um equipamento, o campo de Padel, questionou se não deveriam ser aprovadas taxas

por parte da Assembleia Municipal. Recordou que, os utentes pagam ao Clube uma quantia para jogar ténis e pagam uma quantia substancialmente superior para jogar Padel. Questionou, de seguida, se sendo aquele equipamento da Câmara, embora gerido por um clube, não tem que estar sempre acessível a qualquer munícipe, uma vez que em certos horários semanais e ao fim de semana, as portas estão fechadas. Acrescentou que, neste momento, quem quer entrar tem que ligar para um número para que alguém vá abrir os campos de ténis, o que não acontecia com a anterior direção porque estava lá uma senhora a tempo inteiro; - Sabendo que a Câmara está em negociações para realizar algumas obras na Escola Secundária e na Escola Marquês de Marialva, questionou sobre quais as obras que serão realizadas e se já existem datas para início das mesmas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo-se ao assunto do abandono dos animais, afirmou que as campanhas de sensibilização são importantes para educar o povo, não apenas os caçadores, pois qualquer pessoa que abandona um cão por qualquer motivo tem direitos, mas também deveres. Assim, considerou que, se o cão tivesse chip, como é obrigatório por lei, possivelmente, seria fácil identificar quem o deixou na via pública e penalizá-lo, sendo assim importante, não só a sensibilização, mas também a educação das pessoas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente à questão de Lemedo, afirmou não ter conhecimento das árvores que estão em perigo pelo que solicitou informação concreta à Sr.^a Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça; - Relativamente à questão da iluminação, informou que todos os pedidos de reforço ou de reativação de iluminação são encaminhados através das Juntas de Freguesia. Assim, qualquer munícipe que

tenha uma questão local deverá dirigir-se em primeiro lugar à Junta de Freguesia respetiva, que o reencaminhará para a Câmara para ser analisado do ponto de vista técnico. Caso o pedido faça sentido, é solicitada à EDP a alteração, construção ou adaptação que o munícipe pretende; - Relativamente à questão da fibra ótica informou ter tido uma reunião no Município com os responsáveis da Altice Portugal, na qual apresentaram o seu plano de investimentos para 2020/2021. Nessa reunião informaram que, no momento, o Município de Cantanhede tem uma cobertura de fibra ótica de 50%, sendo superior à média nacional, mas que pretendem até 2021 fazer a cobertura total do concelho de Cantanhede. Informou ainda que, os critérios que têm mais a ver com ligações já existentes, ou que veem de outros municípios, são exclusivamente da empresa que é uma empresa privada, pelo que, perante o plano que apresentaram, tentou sensibilizá-los para alguns aspetos. Acrescentou que lhe foi comunicado que pretendem chegar até ao final de 2021 com 5.300.000 casas cobertas, quase todo o território e que, analisado o concelho de Cantanhede relativamente às antigas 19 freguesias, o projeto é de obter cobertura a 100% durante o próximo ano 2020 para Ançã, Bolho, Sepins, Cantanhede, Febres, Pocariça, São Caetano, Corticeiro de Cima, Vilamar, Camarneira e Murtede, a 70% para Portunhos e Covões, a 40% para Ourentã, Tocha, Sanguinheira, Cordinhã e Outil, todas atingindo os 100% até ao final de 2021. Informou ainda que os representantes da Altice solicitaram que fossem informados atempadamente sobre possíveis intervenções que a INOVA possa vir a fazer nalguma freguesia, para poderem aproveitar a abertura das valas para colocar parte da fibra ótica e ainda poderem fazer alguns acertos relativamente ao que eles tinham pensado. Também por parte do Município foi solicitada informação sobre todas as intervenções que iriam fazer, porque umas vão ser aéreas, outras subterrâneas, sendo que neste caso, é

necessário ter em atenção a questão do tapete, para que se houver alguma intervenção, não ser necessário passado pouco tempo, fazer uma correção. Informou de seguida que, naquela reunião, tentou sensibilizar os representantes da Altice para o facto da Zona Industrial da Tocha apenas ter fibra ótica solicitada pelos empresários e que a zona poente que ficaria mais para 2021, tem instituições que necessitam de algum fortalecimento na fibra ótica, nomeadamente, toda a Zona Industrial, o hospital, a IPSS, a Praia da Tocha e a Praia dos Olhos da Fervença. Informou ainda que houve um contacto também para colocar uma antena 5G na zona do Parque Desportivo da Tocha, para ter uma outra cobertura, para além da filosofia ligada à questão do *Wi-fi*, candidaturas locais do município que também avançaram. Relativamente à questão dos custos, a questão também foi colocada, tendo os mesmos informado que o município não intervém com qualquer apoio financeiro, existindo apenas um protocolo de colaboração no sentido de saberem o que é que está prospetivado em termos de intervenção do município, e saber quais são as intenções da Altice, para poder haver alguma coordenação entre as duas partes para que a empresa possa continuar a avançar; - Relativamente à questão dos prémios obtidos pelo Município, agradeceu as intervenções do Sr. Rogério Marques e do Sr. José Vieira. Afirmou, de seguida serem importantes porque vêm demonstrar que, o entendimento existente relativamente aos impostos de que têm que ter um impacto social, realmente permite proporcionar aos que têm uma situação mais instável, melhores condições. Afirmou que, na atualidade, se vive uma realidade que não é nova, mas que está a ser acelerada, pela quantidade de imigrantes que estão a chegar à cidade, encontrando-se a Ação Social com trabalho redobrado. Acrescentou que, no que toca às empresas de Cantanhede, verifica-se que não há falta de emprego, mas sim de gente para trabalhar, tal como acontece também ao nível das instituições de solidariedade.



Informou ainda que aquele setor já está a ser muito acompanhado através da Ação Social, por exemplo, com aulas de Português para estrangeiros em articulação com os Senhores Presidentes de Junta, que solicitam também aquele tipo de formação, para que a inserção e a adaptação à sociedade local também se possa fazer. Relativamente à questão da entidade empregadora inclusiva, afirmou ter gostado muito de ouvir a Senhora Secretária de Estado, uma vez que, com certeza, ela própria sente ou tem sentido na pele aquela questão por ser ela própria invisual. Afirmou que, este assunto não pode ser tratado como sendo um favor, nem nenhuma condescendência, porque todos têm o dever de não afastar pessoas que têm capacidades tal como têm as outras, sendo só uma questão de as saber adaptar. Afirmou ainda que qualquer pessoa, sem alguma deficiência mais visível, tem mais tendência para uma área do que para outra, e as pessoas que existem no município, algumas com um grau de deficiência superior a 70%, estão perfeitamente inseridas e desempenham as suas funções como qualquer outro funcionário e às vezes até os superam. Do ponto de vista das atividades sociais e de toda a atividade da área de Recursos Humanos, afirmou que aqueles funcionários se integraram perfeitamente, ficando sempre ao seu critério participar ou não. Informou ainda que esses mesmos funcionários foram receber o prémio, para demonstrar a posição que uma entidade pública deve ter, perante pessoas que desempenham o seu trabalho de forma perfeitamente natural; - Relativamente à questão do canil, informou que, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Cantanhede, Figueira da Foz e Coimbra são dos poucos concelhos que têm canil municipal e que, a grande parte dos restantes encontram-se a fazer projetos. Acrescentou que, alguns desses projetos até são para canis intermunicipais, que atingem valores assustadores, um dos quais mais para o interior, já tem a sua construção avaliada em mais de 1.600.000,00 €.

Relativamente ao canil do concelho, todos sabem que já está esgotado há muito tempo, e já existe um projeto para o duplicar, embora haja a consciência de que ficará também logo esgotado. Informou que, felizmente, as pessoas estão numa política muito intensa de adoções porque tem havido sensibilização nesse sentido. Considerou, de seguida que as campanhas de sensibilização junto das pessoas são pertinentes, porque se querem ter um animal, é para o cuidar, não para o abandonar, campanhas essas a passar pelas escolas, porque geralmente são as crianças e os jovens que reeducam os hábitos mal-adaptados ao longo de muitos anos. Finalizou reafirmando que o projeto já está feito, existindo também a opção de fazer também um parque de lazer onde os animais terão um espaço específico para passear, o que espera poder ser concretizado já em 2020; - Relativamente aos Campos de Ténis, informou que será contactada a Direção do Clube de Ténis para saber o que se está a passar relativamente às situações descritas; - Relativamente às obras da Secundária e da EB 2,3, informou ter uma carta para o Senhor Ministro e uma reunião pedida há já bastante tempo. Recordou que, no anterior mandato, já tinha havido uma reunião com a Senhora Secretária de Estado, agora Ministra, quando foi intervencionada a EB 2,3 de Cantanhede. Afirmou que aquelas intervenções não chegaram e que já existe um levantamento feito do que está em falta para a EB 2,3 de Cantanhede e para a Secundária que, neste momento é a pior escola em termos físicos da região. Também foram verificadas algumas situações nas escolas da Tocha e de Febres que necessitam de intervenções. Recordou que, quando reuniu com o Senhor Secretário de Estado, o mesmo concordou com os valores apresentados pois estavam de acordo com levantamento feito pelo Ministério da Educação, mas nem falou em prazos, nem voltou a dizer mais nada. Acrescentou que se fala, eventualmente, numa nova reprogramação ou em novos fundos comunitários,

podendo haver novas opções para aquela área. Acrescentou que, perante as situações dramáticas que existem nas escolas do ponto de vista físico, é natural que não se sinta confortável em aceitar as delegações de competências na área da educação. Acrescentou que se fosse só gerir a questão dos assistentes operacionais, das janelas, das fechaduras, seria difícil, mas fazia-se, agora a parte estrutural não pode ser entregue ao Município sem que esteja devidamente acautelada. Informou finalmente que, mal tenha a reunião marcada pelo Senhor Ministro ou pelo Senhor Secretário de Estado, o mesmo será transmitido, sendo certo que solicitará a presença dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dos Presidentes dos Agrupamentos, para que digam de viva voz, junto do Ministério, a forte necessidade que existe de requalificação daqueles espaços.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Paulo Santos, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que no próximo fim-de-semana vão decorrer as comemorações dos 500 anos do Foral de Outil, atribuído pelo Rei Dom Manuel I, convidando de seguida todos os presentes a participarem naquelas comemorações, que começam na sexta-feira às 21 horas. Agradeceu ao Município e à Senhora Presidente, pela forma como ajudou na conceção daquelas comemorações, bem como no levantamento histórico que foi efetuado sobre Outil e informou ainda que também estão previstas algumas tasquinhas com algumas degustações medievais, estando a realização da ceia medieval dependente da vontade da tempestade Elsa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou ter conhecimento que a estrada que liga o lugar de Pontão na Freguesia de Febres ao

concelho de Vagos está muito danificada e tem muitos buracos. Assim, sendo esta uma estrada principal que liga a Freguesia de Febres ao concelho de Vagos, questionou se está equacionada alguma intervenção para aquela estrada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Miguel Gentil, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que a rede móvel no concelho está cada vez pior e sugeriu que a autarquia exerça alguma pressão junto das operadoras. De seguida, referiu-se à 20.ª edição do Rock Off, realizada no dia 23 de novembro, através do Club União Vilanovense. Recordou que aquele evento, que apresenta música alternativa, exhibe bandas da região, nomeadamente, de Cantanhede, para divulgar projetos novos. No presente ano teve como padrinho uma banda com trinta anos, "Os Mão Morta". Referiu finalmente que foi possível a presença de pessoas que vieram de Viana do Castelo, do Algarve, do Porto e de Lisboa, pelo que agradeceu todo o apoio dado pelo Município àquele tipo de evento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente às Comemorações do Foral de Outil, lamentou não poder estar presente, por motivos de agenda, porque realmente é algo que lhe toca, não só do ponto de vista pessoal, como também de formação, mas tem a certeza que vai tudo correr de forma excepcional; - Relativamente à questão da rede móvel, informou que efetivamente, sendo entidades privadas, o que o Município poderá fazer é pressioná-las para saber de que forma poderá haver melhoria naquela área, sendo certo que tratando-se de empresas, o lucro estará sempre na linha da frente; - Relativamente ao Rock Off, considerou ter sido uma iniciativa extraordinária para um setor diferenciado da população, apesar de ser para todas as idades. Referiu de seguida

que, aquele evento tem vindo a melhorar ao longo dos anos e que a edição do presente ano foi muito especial, pelo que deu os parabéns a toda a organização; - Relativamente à estrada do Pontão/Vagos, aproveitou o assunto para prestar esclarecimentos relacionados com o último ponto a ser apreciado na sessão, respeitante ao empréstimo. Assim, informou que, felizmente o Município está numa situação financeira estável e tem uma capacidade de endividamento que ultrapassa os 16.000.000,00 € e que, se durante muitos anos, a preocupação foi de fazer intervenções necessárias e profundas na área da água e do saneamento, as estradas ficaram como ficaram e, todos os anos, se tem investido centenas de milhares de euros em tapete. Acrescentou que, como todos sabem, o Município é o maior da Comunidade Intermunicipal, pelo que, ou continuaria a trabalhar da mesma forma ou deveria tomar uma atitude mais drástica. Assim, foi solicitado ao Sr. Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, Eng.º António Abreu, a elaboração de um projeto por parte dos serviços, o qual foi coordenado pelo Eng.º António Carlos Albuquerque, em colaboração com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, no qual foi efetuado um levantamento de 230 intervenções no concelho, avaliadas na ordem de 14.000.000,00 € e que serão financiadas por capitais próprios, empréstimo e fundos comunitários. Relembrou as intervenções na cidade de Cantanhede, decorrentes da candidatura ao PEDU, algumas já tendo sido concluídas e outras ainda se encontram a decorrer, nomeadamente, na Rua Marquês de Pombal e na Rua Afonso Henriques, que vão custar entre 700.000,00 € e 800.000,00 €. Acrescentou não se tratar apenas de aplicação de tapete e de passeios, mas também de todas as redes que se encontram por baixo. Informou, de seguida que também estão a decorrer intervenções na ligação da Feira aos Bombeiros Voluntários e que se encontram a concurso as intervenções nas Ruas Joaquim António de Aguiar, do Sequeiro, Saro

Negrão, Conselheiro Carvalho e das Parreiras, todas com fundos comunitários a 85%. Quanto às outras, informou que, de acordo com o levantamento efetuados pelos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, o esquema está planeado para que, umas sejam feitas por administração direta e outras sejam feitas por empreitada, consoante as intervenções sejam maiores ou menores, encontrando-se para ir para a plataforma, uma intervenção grande, cerca de 300.000,00 €, destinada à estrada principal do Corticeiro e de Vilamar, feita com capitais próprios. Relativamente ao empréstimo que está para aprovação, referiu que conforme a lista de intervenções anexa, obrigatória para o Tribunal de Contas pelo valor considerado, os arruamentos em causa são os que podem ser intervencionados recorrendo ao mesmo. Acrescentou que, apesar da capacidade de endividamento ultrapassar os 16.000.000,00 €, de acordo com a Lei, o Município apenas pode fazer o empréstimo durante cinco anos, com cerca de 3.200.000,00 € por ano. Informou ainda que, existem 4 intervenções que irão para os 4.000.000,00 € e que vão levar mais tempo a preparar porque são obras estruturantes, como é o caso da ligação da EN109 à Zona Industrial da Tocha, um projeto já antigo que necessita que se adquiram terrenos e que se faça o projeto. Assim, como é uma obra que, no imediato, não se consegue lançar, o Município irá dar prioridade a outras que não tenham, nem intervenções da Altice, nem da INOVA e que estejam de acordo com as intenções também dos Sr.s Presidentes das Juntas de Freguesia. Outras das obras que irá demorar a iniciar é a conclusão da circular de Cantanhede, nomeadamente, da ligação da zona que vem da Adegas, corta em direção à Zona Industrial e acaba junto à ligação para Cadima, porque ainda não há levantamento feito e ainda não há terrenos adquiridos. Outra intervenção pretendida de que há muitos anos se fala, é a ligação da Póvoa da Lomba a Lameda. Relativamente à questão da ligação a Febres, informou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de

Febres já lhe fez chegar as suas intenções, sendo que, uma das ligações que solicitou foi a ligação da estrada da Fontinha mas, como a INOVA vai lá ter uma intervenção terá que esperar. Finalizou a sua intervenção afirmando que serão tomadas todas as cautelas para evitar trabalhos redobrado e que, à medida que os concursos forem lançados, os Senhores Presidentes serão informados, como é habitual.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu então a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Carlos Alves, o qual após cumprimentar todos os presentes, informou que a questão que pretendia colocar ficou esclarecida com a explicação dada anteriormente pela Senhora Presidente da Câmara. Acrescentou que a mesma tinha a ver com o facto de, no referido empréstimo, não constar qualquer estrada da freguesia de Febres, quando, na verdade tinha reunido com a Sr.ª Presidente da Câmara e delineado um conjunto de intervenções em estradas da freguesia, nomeadamente, a da Fontinha que é a mais preocupante em termos de requalificação. No entanto, perante a explicação que foi dada, afirmou acreditar que a Freguesia de Febres não irá ficar para trás.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu então a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou a Câmara por ter tido no presente ano, novamente resultados excepcionais no Anuário Financeiro dos Municípios. Afirmou de seguida que o Município teve os melhores resultados financeiros do distrito, no que toca às contas referentes a 2018, tendo ficado em 29.º lugar nas autarquias portuguesas de média dimensão, resultado esse que revela o rigor e o empenho com que o executivo tem trabalhado na área financeira. Ficou ainda em 18.º posição no Ranking Nacional de resultados operacionais, primeira do distrito e em 7.ª posição quanto ao maior volume de receitas cobradas na venda de ativos fixos, sinal dos investimentos e da

atratividade das zonas industriais, 35.º lugar em termos de resultado líquido com um valor que ascende a mais de 4.600.000,00 €, 32.º lugar na diferença entre amortização de empréstimos e novos empréstimos, o que significa um abatimento do passivo financeiro. Acrescem os excelentes resultados da INOVA que está na 28.ª posição, sendo uma das melhores da Comunidade Intermunicipal. Referiu que todos aqueles resultados revelam a consolidação do equilíbrio financeiro e o controlo apertado da despesa corrente, permitindo encarar com algum otimismo o futuro próximo. De seguida referiu-se ao processo de criação do SIAC, uma nova base de dados que uniformizou as duas anteriores bases de dados existentes dos veterinários e das autarquias, afirmando que que ninguém se entende. Acrescentou que, inicialmente quando foi criado o processo, foi anunciado que o registo na nova base de dados iria custar 2,50 € mais IVA, mas as pessoas vão ter que ir ao veterinário, pagar a consulta e se calhar, o veterinário terá que contratar uma secretária, porque são eles que vão ficar responsáveis por fazer aqueles registos, ficando o custo total na ordem dos 30,00 €, 40,00 €, 50.00 €. Acrescentou que a Direção-Geral de Veterinária e a Direção-Geral das Autarquias Locais trocam argumentos em que ninguém se entende, sendo que a Direção-Geral das Autarquias Locais diz que quase toda a legislação que foi elaborada é ilegal, porque um Decreto-Lei não pode sobrepor-se ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, que é da exclusiva competência da Assembleia da República. Assim, no momento existem Juntas de Freguesia que cobram as taxas porque já o faziam antes e porque a Direção-Geral das Autarquias Locais assim o diz e a Ordem dos Médicos Veterinários e a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária que dizem que a cobrança de taxas, tirando as licenças para os cães perigosos, é ilegal. Assim questionou se as Juntas de Freguesia não fizeram o trabalho devidamente, porque os cães que eram fáceis de registar foram tirados às Juntas e os de raça perigosa, que

são os que têm que trazer um *dossier* com seguro de responsabilidade civil, esterilização, LOP, instalações, entre outros, esses a Junta de Freguesia já são capazes e competentes para o fazer. Informou ainda que foi dito que iria sair uma portaria para uniformizar a posição das duas situações, quando o Governo tomasse posse, mas já lá vão quase dois meses e continuam sem saber o que fazer. Recordou que as Juntas de Freguesia têm que aprovar tabelas de taxas porque têm classes de cães que existem nas tabelas de taxas e que foram abolidas por um documento que supostamente é ilegal e ninguém sabe o que vai fazer. Recordou que, no concelho de Cantanhede, como em todo o país, não há um critério uniforme e as Juntas de Freguesia estão a fazer cada uma à sua maneira, consoante acham mais prudente. Acrescem ainda os problemas internos do próprio SIAC que, com a migração de dados, muitos se perderam, sendo de uma gravidade extrema. Referindo-se ao caso referido pelo Sr. José Vieira, afirmou que se o cão não tinha chip, a responsabilidade não é da Junta de Freguesia, mas sim do Governo e do sistema que criou que tem imensas lacunas, está a falhar e que ninguém sabe se está legal. Referindo-se de seguida à transferência de competências das autarquias locais recordou que, passado todo este tempo, continuam à espera de documentos que fundamentem todas as transferências que se pretendem para os municípios e que há autarquias que, como aconteceu com o Município de Braga, aceitam transferências em áreas que não têm, no caso concreto, as competências portuárias, porque não tem porto. Referiu-se de seguida à saúde afirmando que continuam os problemas no Rovisco Pais, na consulta aberta, no hospital e nas extensões de saúde e deu como exemplo que um dos utentes da sua freguesia, via junta, fez chegar uma reclamação sobre o facto da Extensão de Saúde de Murte de não ter horário afixado. Acrescentou que a mesma foi reencaminhada para o Gabinete de Apoio ao Utente, sendo certo que o horário é

obrigatório por Lei pelo que deve ser afixado e deve ser cumprido, o que não é o caso. Afirmou ainda que, o Estado da Saúde no concelho é uma vergonha por culpa dos responsáveis políticos do setor. Finalmente, referiu-se à limpeza das Faixas de Gestão de Combustível afirmando que, como era expectável, a sua freguesia é a primeira freguesia do concelho onde as faixas associadas à rede viária municipal estão a ser limpas e, naturalmente, onde os proprietários florestais se estão a sentir gravemente lesados porque milhares de árvores estão a ser cortadas por imposição legal, apesar de muitos pareceres técnicos indiciarem que tal facto até poderá ter um efeito contraproducente na progressão de incêndios. Acrescentou que, todos compreendem que as medidas tinham que ser tomadas, que todos defendem as faixas de proteção, mas não da forma cega como aquelas faixas foram implementadas, não fazendo distinção entre tipos de vias, nem protegendo os proprietários e o seu direito à indemnização. Acrescentou ainda que, em alguns casos, sobretudo em áreas de plantação de eucalipto ou de Pinheiro Bravo, a limpeza foi feita a eito e as duas espécies desapareceram completamente, fazendo com que, por exemplo, em muitas zonas de curva, zonas inundáveis ou zonas perigosas, onde as pessoas não se chegavam à berma porque existiam as árvores, deixe de haver qualquer ponto de referência, sobretudo à noite ou em situações de maior intempérie, tornando essas zonas verdadeiros perigos.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra à Sr.^a Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, Aidil Machado, a qual, respondendo à Sr.^a Ana Margarida Maia, informou que desconhece as situações existentes em Lemed, porque nenhum Município Lemedense foi à Junta de Freguesia ou à Assembleia de Freguesia falar sobre os mesmos, sendo os locais próprios para o fazer. Relativamente ao assunto da árvore informou que o mesmo está a ser seguido



pela INOVA, que a tratou, mas se se chegar à conclusão que está mesmo morta, então será cortada e substituída. Relativamente à iluminação da Carreira da Brisa, informou que a Junta de Freguesia também não tem qualquer pedido de nenhum Lemedense para mudar qualquer luminária e que, sempre que é solicitado pelos Municípios, a Junta de Freguesia comunica sempre à Câmara Municipal quer pedidos de mudança de alguma luminária, quer a ampliação da iluminação pública. Informou ainda que, não sendo da sua competência por que é da competência do cidadão, a Junta de Freguesia também comunica quais são as lâmpadas que estão fundidas, portanto, a Junta de Freguesia está ilibada de qualquer uma das situações referidas.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, referiu que, a requalificação urbana do centro da cidade de Cantanhede, nomeadamente, a remodelação das redes de infraestruturas, dos espaços, os novos materiais nos pavimentos, as vias com um único sentido de modo a dar espaço à circulação, a organização do estacionamento automóvel, com tempo condicionado, dando segurança e permitindo faixas pedonais, é de louvar e é uma oportunidade única para reabilitar o centro da cidade, tornando a cidade mais atrativa e convidativa a todas as pessoas que nela residem e a visitam. Considerou, de seguida, que se trata de uma oportunidade única para dinamizar o centro da cidade em termos comerciais e em termos lúdicos, nomeadamente, a Praça Marquês de Marialva que gostaria de ver mais animada em termos comerciais e em termos de restauração e com esplanadas para além das épocas Natalícias e de Páscoa. Assim, considerou que para além do planeamento das ruas, dos acessos à praça, do estacionamento e da acessibilidade, o Município também deveria procurar formas de motivar e incentivar as entidades privadas no sentido de dinamizar mais o centro da nossa cidade.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, o qual mudando

de assunto, informou que, pela manhã, apareceram notícias nos jornais acerca do tema da saúde. Acrescentou que, no fundo, aquelas notícias dão conta do que acontece a nível nacional relativamente às convalescenças e aos cuidados paliativos, informando que há cerca de 1000 altas diárias e que, em muitos casos, as pessoas têm que ficar porque não têm para onde ir, e ainda porque não existem unidades de convalescença ou unidades de cuidados paliativos em quantidade suficiente, para poder ter aquelas pessoas com toda a dignidade que merecem. Afirmou, de seguida que, esse facto não é novo e causa um problema, pois há distritos que nem uma cama têm de paliativos. Informou ainda que, naquelas notícias, é feita uma recomendação dum articulação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Segurança Social no sentido de, paulatinamente, se ir resolvendo aquela questão, mas, no fundo, o que está na base do problema é o subfinanciamento da saúde. Acrescentou ser um problema crónico que se tem arrastado, que se continuará a arrastar e que tem reflexos no concelho de Cantanhede. Referiu ainda que, aquelas notícias, também falam sobre o relatório do Tribunal de Contas em relação às parcerias público-privadas, onde é dito, por exemplo que o Hospital de Vila Franca de Xira que no ano passado, esteve na agenda política por um conjunto de questões, teve um benefício de cerca de 30.000.000,00 € com a gestão público-privada. Acrescentou que, nessa mesma notícia, constam algumas afirmações nas quais o próprio Tribunal de Contas reconhece as limitações, nomeadamente, passando a citar: *"as limitações orçamentais que são transversais no Sistema Nacional de Saúde e nota que nos hospitais com gestão pública",* que é o caso do Hospital de Cantanhede, *"a atividade é compensada com financiamento extraordinário, o que não acontece nas parcerias público-privadas",* havendo aqui ganhos de eficiência e que *"considera ainda que a gestão das parcerias público-privadas prevê mecanismos de controlo de qualidade*



dos serviços cuja implementação não é exigida aos hospitais em gestão pública”, fazendo a recomendação dos próprios hospitais que estão em gestão pública também têm que ser monitorizados e ainda que *“há limitações na contratação dos consultores externos devido a restrições orçamentais”*. Acrescentou que, se verifica assim existir uma dualidade nos hospitais que são parcerias público-privadas, que têm um prazo e no final desse prazo, é feita a avaliação pelos auditores do Tribunal de Contas. Deu ainda como exemplo o Hospital de Braga que pertence ao Grupo José Mello Saúde e que também veio para a agenda política, precisamente, porque acabou o contrato com o Estado, sobre o qual o Tribunal de Contas fez uma avaliação positiva. Recordou de seguida que o Governo que acaba de tomar posse, presidido pelo Senhor Primeiro-Ministro, está em alinhamento com as políticas do anterior Governo, quando há seis anos atrás, o primeiro Governo de António Costa tomou posse e pôs de parte a passagem dos Hospitais para a esfera das Misericórdias, tal como estava projetado para o Hospital de Cantanhede. Acrescentou que, ele próprio, enquanto Presidente de Câmara, nos dois meses seguintes, foi chamado ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Saúde para falar sobre a posição do Município relativamente à questão das Misericórdias e aí foi muito claro no sentido de que, se o Governo tomou a decisão de manter na esfera pública o Hospital de Cantanhede, então o Governo tinha que garantir que a qualidade da saúde que é prestada aos cidadãos seria do mesmo nível da qualidade da saúde prestada no Hospital da Mealhada e no Hospital de Anadia, que, como todos sabem, estão na esfera da gestão da Misericórdia. Assim, acrescentou que seria bom que todos analisassem e avaliassem o que aconteceu nos últimos seis anos, e tentassem perceber se o Hospital de Cantanhede cumpre a sua missão, sendo certo que, no que toca aos cuidados paliativos, é considerado um dos melhores ao nível do país. Afirmou, de seguida, não saber exatamente o que se

passou recentemente, quando apareceu uma notícia de que o Hospital de Cantanhede estaria quase a encerrar, porque não havia médicos, nem havia pessoal suficiente. Assim, considerou que se devem questionar sobre se o Hospital hoje cumpre a sua missão e se é melhor estar nas mãos da esfera pública, sendo certo que se está nas mãos da esfera pública, deveria ter obtido mais atenção porque, se verifica que a qualidade que hoje é prestada aos munícipes, é significativamente menor. Acrescentou que, ao povo não lhe interessa saber, por exemplo, quando vai ao Hospital da Mealhada, se a gestão é da Misericórdia ou não. Assim, recordando que a Senhora Presidente de Câmara, Helena Teodósio, aquando da EXPOFACIC, pediu uma reunião à Senhora Ministra da Saúde, e que até hoje continua à espera e sem respostas, talvez se deveriam questionar se será esse o melhor caminho para a missão do Hospital no concelho de Cantanhede. Acrescentou que, relativamente ao fundo, em termos de cuidados paliativos, qualquer pessoa do país ou através dos Hospitais da Universidade de Coimbra, pode vir referenciada para Cantanhede. Afirmou ainda que, tem ouvido algumas pessoas que, neste momento têm responsabilidades políticas ao nível do centro, dizerem que faz todo o sentido existir um Serviço de Urgência Básico em Cantanhede, uma urgência a funcionar 24 horas por dia, mas com as fragilidades orçamentais existentes no Estado e o subfinanciamento, como será isso possível? Assim, voltou a afirmar que, têm de pensar sobre quais os serviços que querem ser prestados com qualidade no Concelho porque, constantemente, se verifica que, do lado do Estado, as coisas estão cada vez piores. Recordou ainda que, no Rovisco Pais, na Tocha, há muito tempo está para iniciar-se a empreitada para aumentar mais uma unidade, mas uma coisa é a realidade do que está nos projetos e no investimento público e outra coisa é a realidade de que não há efetivamente nenhum investimento. Considerou, finalmente

v

que, pelo facto de se estar ainda longe das eleições, é um bom momento, para tentarem fazer uma avaliação e defender o que é melhor para os munícipes que não têm necessidade de ir a Coimbra quando poderiam ter um hospital em Cantanhede que, de alguma maneira, poderia aliviar as urgências do Hospital da Universidade de Coimbra.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a responder às anteriores intervenções da seguinte forma: - Relativamente à questão da requalificação urbana do centro de Cantanhede, informou que foi pensado não só na acessibilidade do peão, como também no estacionamento. Sobre o estacionamento referiu que, várias vezes os comerciantes têm afirmado que entendem que todo o estacionamento do núcleo da cidade deveria ser pago e controlado, porque muita gente estaciona o carro o dia inteiro e, depois quem quer vir para o comércio, para as Finanças ou para a Câmara, não tem a oportunidade de estacionar por meia hora, uma hora e poder tratar dos seus assuntos. Recordou, de seguida que, os serviços continuam a tentar procurar, nessas zonas mais antigas, alguns terrenos para se adquirir tendo em vista a obtenção de mais estacionamento, mas os preços são completamente proibitivos. Relativamente ao centro da Cidade, informou que tanto a Câmara como a Junta de Freguesia tentam dinamizá-lo para atrair cada vez mais as pessoas. No entanto, a questão das esplanadas também não é uma opção pacífica, porque há quem concorde e há quem não goste. Afirmou, no entanto que, o objetivo está bem traçado no sentido de se tentar, cada vez, mais, dinamizar o comércio tradicional que, não só em Cantanhede, como em qualquer cidade, tem o seu problema; - Relativamente à questão do licenciamento dos caniços, gatíços e furões, afirmou que seria interessante existir um documento redigido pelas próprias Juntas de Freguesia, para

fazer chegar, não só à ANAFRE, mas também à Associação Nacional de Municípios e a quem de direito, porque, às vezes, há coisas que passam um pouco ao lado de quem está nos gabinetes a fazer as Leis; - Relativamente ao estado da Saúde em Cantanhede afirmou que o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, já fez uma abordagem global. Recordou, de seguida que, esteve com a Senhora Ministra em agosto e foi feita uma carta em outubro a solicitar uma reunião. Essa reunião tinha como objetivo falar, essencialmente, sobre a situação dos Hospitais de Cantanhede e do Rovisco Pais, das Extensões de Saúde, da Consulta Aberta e dos Postos de Enfermagem. Como essa reunião nunca foi marcada, mais tarde houve uma reunião, sob a iniciativa da Sr.^a Áurea Andrade, enquanto responsável da Administração do CHUC, na qual também estiveram presentes a Sr.^a Vereadora, Célia Simões e Senhor Presidente do Conselho de Administração, Prof. Regateiro, para falar da intenção de poder repensar o Hospital de Cantanhede com outras valências, como por exemplo, um eventual serviço de urgência, que poderia aliviar os HUC ao filtrar os doentes logo em Cantanhede e que poderia servir também as populações de Mira, Montemor e outras. Acrescentou que poderia ser extremamente positivo para a Concelho e para todos os municípios da região. Relativamente à questão financeira do Governo, considera que não deve ser o Município a preocupar-se com ela, porque se há opções que Governo toma relativamente a outras questões, o Município tem todo o direito de lutar para uma situação mais confortável porque como todos sabem, a consulta aberta não funciona bem e os médicos que lá se encontram estão a desocupar o seu lugar nas Extensões de Saúde. Informou ainda ter, de novo, mandado uma adenda ao pedido de reunião da Senhora Ministra da Saúde, dizendo que o Presidente do Conselho de Administração dos CHUC estava disponível e recetivo para também estar presente, mas ainda não obteve qualquer resposta. Acrescentou que o Gabinete

de Apoio à Presidência tem sido exageradamente insistente junto do Ministério, telefonando quase diariamente para saber a data da reunião, mas a Senhora Ministra tem a agenda ocupada. Informou, de seguida que, teve conhecimento que, umas das médicas do concelho andou a limpar de esfregona na mão numa extensão de saúde onde chove e que não tem auxiliares e que a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, foi informada pelos postos de enfermagem, que o material que até agora recebiam começou a ser cortado. Considerou, de seguida que as coisas têm que ser claras e que têm de dizer, de uma vez por todas, que não querem assinar os protocolos dos postos de enfermagem, para que, a partir desse momento, a Câmara possa tomar as suas medidas e continuar a dar mais apoio às pessoas. Recordou que, quando ouviu nas notícias, relativamente ao Orçamento de Estado, o aumento da rubrica relativamente à saúde, verificou que aquele valor de aumento não dá para cobrir as dívidas a fornecedores. Assim, considerou que, como membros eleitos, sejam do PSD, do PS ou da CDU, todos devem pensar sobre o que vão fazer relativamente a aquelas situações. Afirmou ainda que, o Hospital de Cantanhede que, neste momento, tem um serviço de qualidade, seja nos paliativos, seja nos continuados, tem apenas 4 pessoas a trabalhar e tem falta de camas, tudo isso com certeza, fruto de falta de uma correta gestão. Em relação ao Rovisco Pais, recordou ser um hospital de reabilitação, de referência e que poderia ser realmente potenciado, porque tem tudo, desde que se invista e que se lá coloquem profissionais. Afirmou ainda, já por várias vezes, ter dito na Comunidade Intermunicipal que não consegue aceitar que esta posição relativamente a Cantanhede seja só por questões políticas, mas sim por falta de médicos e de profissionais, ou ainda pela forma de gerir os Hospitais. Assim, considerou novamente que todos têm de tomar medidas e dirigindo-se à bancada do Partido Socialista apelou a que intervissem junto da Senhora Ministra da Saúde para

que ela reúna efetivamente e ouça o que têm a dizer, porque não podem continuar nesta situação de impasse, ano após ano, a ver degradar serviços que eram realmente serviços da qualidade.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, dando nota que já passaram alguns anos sobre o encerramento das urgências, quando era Ministro da Saúde, o Dr. Correia de Campos. Recordou que o assunto foi tratado na Assembleia Municipal, tendo sido assinado um acordo que ainda está em vigor e que, nessa altura, houve da parte do Ministro da Saúde vontade de dialogar e de arranjar um compromisso, coisa que não vê neste momento. Acrescentou que, com o Ministro Correia de Campos, as coisas evoluíram positivamente, devido ao diálogo que existiu, tendo-se aquele mostrado disponível para fazer, inclusivamente, uma unidade de reabilitação de acidentes vasculares cerebrais para o Hospital Rovisco Pais. Recordou de seguida que, quando foi inaugurada uma unidade no Rovisco Pais, ainda o Dr. Santana Maia estava a presidir ao Conselho de Administração, após a cerimónia, o Ministro Correia de Campos, conversou com quatro ou cinco pessoas e foi um acérrimo defensor do que o Ministério da Saúde deveria fazer àqueles 140 ha do Hospital Rovisco Pais, pensando já, sobre o que poderia ser o turismo de saúde, potenciando todo aquele espaço através de uma parceria público-privada, sistema de que era defensor, na medida em que o Estado não tinha condições, já há época, para poder abraçar um projeto daquela dimensão. Referiu ainda que, realmente o Rovisco Pais continua hoje com aqueles 140 ha, precisamente, devido ao Estado e porque não há abertura para se pensar ou repensar numa verdadeira parceria público-privada. Finalizou a sua intervenção afirmando que todos têm potencial para poder ajudar apesar de, no momento, parecer que estão a bater numa parede, porque não

conseguem, pura e simplesmente, que o Ministério da Saúde receba a Sr.ª Presidente da Câmara.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu ainda a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual agradeceu as palavras da Senhora Presidente, porque efetivamente estão todos juntos na preocupação com a saúde no concelho, nomeadamente, com o Hospital de Cantanhede. Recordou, de seguida, que a sua bancada também está a fazer o que pode e informou que, relativamente ao Hospital de Cantanhede, houve efetivamente uma situação complicada, nomeadamente, que dos três médicos internistas existentes, uma estava já ausente e, entretanto, dois meteram atestado ao mesmo tempo, tendo a unidade de cuidados paliativos ficado sem cobertura médica durante algum tempo. Acrescentou que, naquele momento, chegou a ter apenas quatro doentes, não porque não havia doentes, mas porque tinha havido indicação para a unidade não receber doentes, porque não tinha médicos. Informou ainda que, no momento, o Conselho de Administração dos CHUC já recebeu uma comunicação do Conselho de Administração do Hospital de Cantanhede a dar indicação que as escalas já estão asseguradas, independentemente das duas médicas continuarem de baixa, pelo que, a partir do dia 26, o Hospital já tem condições para receber doentes de cuidados paliativos.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia. -----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da**

**proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Mário Miranda de Almeida»,
que a seguir se transcreve:-----**

----- "A Assembleia Municipal de Cantanhede propõe a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Miranda de Almeida, ocorrido no passado dia 14 de outubro, vítima de doença prolongada. Nascido a 5 de janeiro de 1945, em Corticeiro de Cima, foi o grande responsável pela criação desta freguesia em 1985, tendo sido o primeiro o primeiro Presidente de Junta eleito em 1986, mandato que manteve, devido a várias reeleições, até 2001. Com uma vasta atividade política, foi um dos membros da primeira Assembleia Municipal de Cantanhede constituída depois do 25 de Abril de 1974, órgão no qual marcou sucessivamente presença, numa primeira fase enquanto Presidente de Junta e posteriormente enquanto membro legitimamente eleito. Como político de convicções fortes que sempre foi, defendeu as suas posições com firmeza e veemência, tendo sido deputado municipal até Dezembro de 2016. Foi o fundador da Empresa Mário Miranda de Almeida SA, em 1970, detentora da marca própria ORIMA, distribuída há mais de 45 anos em Portugal e nos mercados lusófonos desde 1988, o que faz da empresa uma referência no seu setor de atividade. Os 50 anos de existência da ORIMA, a sua considerável implantação a nível nacional e a sua vocação exportadora concorrem para a enorme dimensão da empresa, o que se traduz naturalmente num enorme impacto a nível do concelho. Além da atividade política e empresarial de sucesso, Mário Miranda de Almeida sempre se empenhou e envolveu no desenvolvimento sócio cultural do concelho, tanto através de patrocínios diretos pela da empresa que detinha, nomeadamente a equipas desportivas (destacando-se o projeto de uma equipa de ciclismo profissional, implementado em parceria com a Sociedade Columbófila Cantanhedense e o Município de Cantanhede), bem como no envolvimento direto nos

órgãos dirigentes de várias associações/instituições. Perante o exposto, Mário Miranda de Almeida será sempre uma referência incontornável do concelho de Cantanhede, um exemplo e um motivo de orgulho para todos nós, que nos deixa um enorme legado político, autárquico e empresarial, que contribuem de forma indelével para a imagem e economia do concelho. Assim, a Assembleia Municipal de Cantanhede aprova o presente voto de pesar, e manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhe o teor do mesmo."-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação, por escrutínio secreto, a **proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Mário Miranda de Almeida**, subscrita por todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Altino Domingues Cruz», do seguinte teor:**-----

----- *"Altino Domingues Cruz faleceu a 28 de novembro de 2019, aos 80 anos, facto gerador de enorme tristeza e registado com profundo pesar em todos quantos conheceram a vocação empreendedora e dedicada que sempre pautou a sua vida. Esta dedicação foi consubstanciada em vários e diversificados projetos que abraçou, seja como empresário, seja na intervenção política, seja ainda como impulsionador de projetos de cariz social. Nascido a 13 de fevereiro de 1939, na localidade de Ermida, concelho de Mira, Altino Domingues da Cruz veio viver para o concelho de Cantanhede, mais propriamente para Vilamar, na sequência do seu casamento com Maria da Conceição Duarte Seixo. O seu caráter diligente e arrojado levou-o a trabalhar ainda muito jovem no setor da ourivesaria, inicialmente com uma pequena oficina de produção, onde foram formados muitos artífices do concelho. Mais tarde*

viria a expandir fortemente a sua atividade na comercialização de produtos nessa área. Na sequência do seu grande envolvimento nos movimentos associativos locais, foi o principal impulsionador da criação da Freguesia de Vilamar, da qual viria a ser primeiro presidente de junta, cargo no qual foi sucessivamente reconduzido ao longo de duas décadas, num sinal de inequívoco apreço dos seus concidadãos pelo trabalho que vinha desenvolvendo. Também se destacou pela firmeza e frontalidade com que defendia as suas posições enquanto membro desta Assembleia Municipal de Cantanhede. Em simultâneo e noutro projeto de dedicação à causa pública, liderou o processo de constituição da Comissão de Melhoramentos de Vilamar, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1986, a que também presidiu desde a sua fundação até 2015. Invocado o exemplo de vida do Senhor Altino Cruz, a importância do seu desempenho como empresário, como autarca e o valor do trabalho que desenvolveu nas causas sociais que abraçou, propõe-se a aprovação de um sentido e profundo voto de pesar pela enorme perda que a sua morte representa para a comunidade que serviu durante muitos anos."-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que aquela proposta está consensualizada e foi subscrita por todos os Membros da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação, por escrutínio secreto, a **proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Altino Domingues Cruz**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal na Rua Joaquim António de Aguiar, na cidade de Cantanhede / Processo n.º 1346/2019 / José Manuel Pina Oliveira»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, à semelhança de outras situações que já foram aprovadas pela Assembleia Municipal, há necessidade de submeter à apreciação da Assembleia a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 7,00 m², a título de alinhamento, situada na Rua Joaquim António de Aguiar, em Cantanhede, à qual foi atribuído o valor de 2.079,00€, no âmbito do processo de obras n.º 1346/2019 em nome de José Manuel Pina de Oliveira.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal na Rua Joaquim António de Aguiar, na cidade de Cantanhede / Processo n.º 1346/2019 / José Manuel Pina Oliveira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 5 - «Substituição de um elemento do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento»:**-----

----- Solicitadas propostas para substituição de José António da Costa Vieira como elemento do Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento, a bancadas do PS propôs a Sr.ª Ana Margarida Maia. -----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Ana Margarida Maia:-----

----- 28 Votos a favor; -----

----- 1 voto contra.-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleita, por maioria, Ana Margarida Maia, para substituir José António da Costa Vieira, anteriormente eleito, no Júri do concurso para atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do n.º 4 do art.º 11.º do respetivo regulamento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2020»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que, no final da apresentação do presente assunto, para ilustrar uma das obras que está contemplada no orçamento para 2020, os Srs. Arquitetos João Paixão e João Martins, presentes na sessão, pudessem apresentar o projeto, de sua autoria, da Requalificação do Parque Desportivo de Cantanhede. Referindo-se de seguida ao orçamento para 2020 recordou que, à semelhança do ano anterior, foi feita uma reunião, para a qual foram contactadas todas as bancadas partidárias para poderem ver a primeira estrutura do orçamento. Acrescentou que, após essa reunião, não houve qualquer proposta, nem qualquer sugestão, baseando-se assim o orçamento na decisão do executivo, mas também nas obras que estão a decorrer, nas possibilidades de financiamento, na certeza de que, o orçamento durante o ano 2020 vai ter que sofrer alterações devido ao empréstimo que vai ser votado no final da sessão, tal como o saldo de gerência. Acrescentou ainda que, o orçamento deveria ser pensado em termos do grupo autárquico, porque o Orçamento da Câmara está com cerca de 27.000.000,00 €, mas o orçamento da INOVA está com cerca de 8.000.000,00 €, para além do BIOCANT e da ABAP, que, apesar de terem um valor inferior, também contam para a dimensão do grupo autárquico. Passou, de seguida à introdução feita pelo Departamento Administrativo

e Financeiro, referindo, nomeadamente, que todo o Orçamento foi feito de acordo com todas as regras e normas legais aplicáveis e informou que o mesmo tem o valor de 27.739.961,00 €, o qual, como já referiu, com as revisões previstas, poderá passar para os 32.000.000,00 €. Informou, de seguida que, de acordo com aquele orçamento, o Município irá conseguir fazer uma poupança corrente, que ultrapassará os 4.000.000,00 €, que vai poder financiar a despesa de capital e que, o aumento do seu valor relativamente ao ano anterior, tem substancialmente a ver, com a execução do Plano Estratégico e Desenvolvimento Urbano, do aumento das despesas com pessoal, das faixas de gestão de combustível que já foram referidas e que têm cada vez mais um peso muito grande nos municípios, o aumento do preço dos combustíveis e o aumento das transferências correntes e de capital. De seguida, deu alguns exemplos de obras que estão a decorrer no Município, obras essas financiadas, tais como: A rede ciclável e a ciclovia, a reabilitação das antigas instalações da ETPC (Casa da Cultura e do futuro Museu de Colecionismo), a Rua Conselheiro Carvalho, a Rua das Parreiras, a Rua Joaquim António de Aguiar, a Rua do Sequeiro, a Rua Saro Negrão, a Rua Marquês de Pombal e a Rua Afonso Henriques, o Bairro Vicentino, a remodelação da EB 2,3 e da EB1 de Cantanhede/Sul, o projeto da Arte Xávega, o restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos, a limpeza das valas, a destruição dos ninhos de vespa velutina, entre outras. Informou ainda que, outros projetos ainda aguardam aprovação, tais como, a ampliação da EB1 de Febres e da EB1 da Tocha, a requalificação da Escola Primária da Pocariça para o Jardim de Infância, o Centro Municipal de Proteção Civil de Cantanhede e a promoção ao voluntariado, a requalificação do Mercado Municipal, o fundo de emergência municipal, entre outros. Relativamente às receitas de capital informou que para além das transferências de capital, sejam elas do Estado ou de algum tipo de

protocolo que esteja a ser estabelecido, a receita proveniente de vendas de terrenos e lotes nas zonas industriais, que têm tido uma procura muito grande não só para a instalação de novas empresas, sejam elas nacionais ou estrangeiras, mas também, de empresas já sediadas no concelho e que estão a fazer a sua ampliação. Ao nível da despesa, destacou os encargos com pessoal que, com a transferência de competências, vai aumentar drasticamente. Ao nível das aquisições de bens e serviços chamou a atenção para o facto de que, tudo o que seja despesas de iluminação ultrapassa os 2.000.000,00 €. Ao nível das despesas com o ensino, como as refeições escolares e os transportes escolares, referiu que as mesmas vão transitar para o controlo da Comunidade Intermunicipal. Relativamente aos gasóleos, encargos de cobrança, água e faixa de gestão de combustível, informou estarem programados para o ano todo cerca de 150.000,00 €, fora tudo o que é feito com o material próprio e com o pessoal da Câmara, apesar das equipas estarem cada vez mais reduzidas. Em termos de despesas de capital, as aquisições de bens de capital, as várias funções gerais, sociais, tudo isso, destacamos aqui na parte das funções gerais da administração e a prestação que está a ser feita e que termina este ano, relativa ao edifício do Quartel dos Bombeiros, onde está cedida a Loja do Cidadão. Ao nível da Proteção Civil, os subsídios para a Junta de Freguesia da Tocha destinados à equipa de Sapadores, a intenção de transferir para os bombeiros, não só uma verba para aquisição de uma viatura que é necessária, mas também os 50% para o financiamento da Equipa de Intervenção Permanente e a tal faixa de gestão combustível já referida. Relativamente às funções sociais, informou que se trata do valor do orçamento que mais verba tem, o qual depois é dividido pelos restantes itens, seja a cultura, o ensino, o desporto, a ação social e o meio ambiente. Acrescentou que, na cultura, destacam-se não só os subsídios para que as muitas Associações do concelho, ao nível cultural

ou desportivo, mas também a reabilitação que está a decorrer da Casa da Cultura e a intenção de avançar com o projeto da construção do Auditório Municipal. Ao nível do ensino, as bolsas, as refeições, todos os planos que estão a decorrer de apoio ao insucesso escolar e as beneficiações das escolas que também já foram referidas. Relativamente ao desporto, também os subsídios, como já foi dito, as amortizações dos *leasings* dos complexos que já foram construídos e de alguns que ainda não estão terminados, como por exemplo: - O Parque Desportivo de Febres no qual falta acabar o bar, as casas de banho e uma zona de piso; - Parte do Parque Desportivo à entrada da Praia da Tocha que vai ser reformulado; - Parte da rede ciclável; - O projeto de construção dos balneários do Complexo Desportivo de Cantanhede; - A Praia Fluvial dos Olhos da Fervença, quanto à requalificação de várias situações que foram sinalizadas, bem como com a aquisição dos terrenos para a ampliação da própria praia fluvial. Ao nível da Ação Social, informou que está a decorrer uma obra de ação social em Ançã, o Bairro Vicentino já referido, o apoio constante a agregados familiares com extrema carência económica, o subsídio ao incentivo à natalidade, a proteção do meio ambiente e a parte do ordenamento do território. Acrescentou que está a ser feita uma grande intervenção ao nível dos planos e estudos urbanísticos, sendo um projeto pesado, mesmo do ponto de vista financeiro, mas muito importante e necessário. Referiu-se de seguida aos contratos com a INOVA, nomeadamente, à parte da limpeza urbana e às atividades cívicas e religiosas, sendo preocupação poder também subsidiar intervenções em igrejas, no que respeita à parte externa e arquitetónica, nomeadamente, nas Igrejas de Cantanhede, Tocha, Febres e Portunhos. Relativamente às vias de comunicação e da rede viária e pedonal, referiu as aquisições dos inertes e das massas betuminosas quentes ou frias para as inúmeras intervenções que vão decorrer em termos de passeios e arruamentos.

Esclareceu de seguida, relativamente à construção do arruamento da ligação da feira quinzenal até à rua dos Bombeiros Voluntários, que era uma zona que sofria fortes inundações por isso, a obra ficou bastante encarecida. Ainda relativamente àquela obra informou o Partido "Os Verdes", solicitou esclarecimentos sobre o corte das árvores para fazer aquele arruamento, tendo sido transmitido que o projeto estava feito, e que não havia alternativa para a ligação do sítio onde termina a rua, neste momento junto às bombas, e a ligação com os bombeiros, a não ser aquela passagem. Foi ainda comunicado que, os pinheiros que foram cortados, estavam cheios de um determinado bicho que estavam a causar problemas, para além de que, só no presente ano, o Município, em termos de intervenções de espaços verdes, já plantou nas freguesias, mais de 600 árvores. Referiu-se a seguir aos proprietários, cujas faixas de 10 m de um lado e do outro, estão a pôr em causa a sua própria economia e ainda às zonas industriais, onde a lei impõe que sejam 100 m de afastamento às empresas. Referiu ser completamente descabido porque os proprietários que tinham pinheiros e eucaliptos não têm culpa e ficam ali com um terreno para lá porem oliveiras ou laranjeiras ou até fazer um pomar, sendo que, uma coisa é a questão de segurança outra coisa são os exageros que estão a ser feitos. Relativamente às funções económicas, referiu a energia que tem um peso extraordinário, a parte da iluminação pública e o subsídio do fomento à empregabilidade, do qual se irá também falar e que demonstra a intenção do Município dar um sinal da sua preocupação às empresas, apesar de que, no momento, em Cantanhede já se verifica que há falta de mão-de-obras para aquelas empresas. Relativamente às outras funções referiu-se às transferências para as Juntas de Freguesia, nomeadamente, aos acordos de execução e aos contratos interadministrativos e, ainda as transferências para a CIM. Referiu-se ainda à

comparticipação do FAME, que termina este ano, destinado ao apoio aos municípios que estavam em desequilíbrio financeiro, e onde o Município tem investido mais de 1.000.000,00 €. Acrescentou não saber o que vai acontecer com aquela verba, sendo certo que considera que essa verba deveria ser devolvida aos municípios que foram cumpridores, para poder ser investida no próprio concelho. Voltou a referir que a regra do equilíbrio orçamental está perfeitamente cumprida, bem como o princípio orçamental da receita corrente igual ou superior à despesa corrente. Informou ainda sobre todas as entidades participadas pelo município, sendo as mais conhecidas e que fazem parte do grupo autárquico, a INOVA, o BIOCANT e a ABAP, mas também a AREAC, a AIRC, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a Itecons, a ERSUC e as Águas do Centro Litoral. Referiu ainda os efeitos das obras que já estão a decorrer e que tem implicações noutros anos futuros, uma vez que têm que aparecer no orçamento para demonstrar a implicação dos investimentos nos orçamentos de 2021, 2022 e nos anos seguintes. Concluiu que, de acordo com o que se pretende, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano têm sempre, em termos de princípio, que ter uma sustentabilidade das finanças municipais no sentido de promover o desenvolvimento económico e social do concelho de Cantanhede. Solicitou de seguida que os senhores arquitetos pudessem apresentar o projeto de Requalificação do Parque Desportivo de Cantanhede, nomeadamente, para as bancadas e para os balneários, recordando que foi um concurso de ideias, com um júri constituído e com envelope fechado, ao qual ganhou um gabinete da cidade de Cantanhede, o que lhe apraz pois tratam-se de recentes arquitetos que ficam já com a sua marca no próprio concelho.

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Arquiteto João Paixão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu o

convite formulado pela Sr.^a Presidente da Câmara para apresentação do projeto em causa. De seguida, auxiliando-se de uma projeção, referiu que o projeto ainda está em desenvolvimento e tem vindo a ser discutido com Técnicos da Câmara, encontrando-se, no momento, numa solução quase final e que parece ser a ideal. De seguida efetuou uma apresentação técnica do projeto que está em curso, disponibilizando-se para responder a qualquer questão sobre o mesmo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Arquiteto João Martins o qual procedeu à projeção de um pequeno vídeo computadorizado que evidenciou todos os aspetos conceptuais de uma forma mais direta e mais facilmente perceptível. No decorrer da apresentação deu também algumas explicações e justificações sobre os materiais que vão ser utilizados para a construção daquele Parque Desportivo, bem como sobre a possibilidade de interação do mesmo com as zonas envolventes.-----

----- Retomou a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que a grande preocupação com o projeto era que fosse prático e que fosse ao encontro das necessidades dos clubes, que conforme as explicações dadas se verifica. Acrescentou ter ficado muito satisfeita porque conseguiram adaptar o que existe atualmente no local às necessidades de todas as crianças, jovens, adultos e seniores que andam a praticar, mas também pela forma profissional como os Senhores arquitetos apresentaram o projeto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, questionou sobre o valor do custo da obra.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio informou que o valor ainda está a ser acertado, mas ronda os 2.500.000,00 €. Informou ainda que os Senhores Arquitetos se comprometeram a apresentar o projeto até final de março para depois

se fazer o lançamento do concurso e que a previsão da obra é de mais ou menos um ano. Esclareceu de seguida que algumas situações foram especificamente solicitadas, como foi o caso do restaurante porque, como todos sabem, o BIOCANT tem um restaurante no próprio edifício muito frequentado pelas pessoas que estão na Zona Industrial. Acrescentou que o bar será finalizado, mas que a parte do restaurante ficará em bruto para o concessionário poder adequá-lo melhor às suas expectativas, podendo essas despesas representar algumas das prestações devidas pela futura concessão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu os parabéns à Sr.ª Presidente da Câmara e ao Executivo pelo trabalho que foi feito para que o projeto se enquadre, dada a dimensão e a volumetria dos edifícios, pois ficou ciente que se conseguiu uma harmonia excelente, para uma zona também ela de excelência, sendo a finalização e a conclusão do Parque Desportivo de Cantanhede através deste projeto, a cereja em cima do bolo. Finalmente, recordando que os Arquitetos projetistas são do concelho, saudou-os e agradeceu-lhes a sua presença na sessão.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2020»** colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria com 24 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. Luís Pato, apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Elementos do PS, do seguinte teor: *"Depois de uma análise ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para 2020, a bancada do PS destaca os seguintes elementos e consequentes questões. Quando na sua mensagem neste documento, a Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede considera que, o reforço da coesão territorial com a construção e renovação de*

infraestruturas e equipamentos coletivos, numa lógica de equidade e distribuição equilibrada por todo o concelho, ao consultar o quadro três, verificamos que mais de noventa por cento dos financiamentos comunitários são utilizados na sede do concelho. Perguntamos de que modo ou através de que parâmetros é que se retira a equidade e o reforço da coesão territorial supracitados, é que ao olharmos para este modelo de financiamento, concluímos precisamente o contrário. Ainda neste documento refere-se que há uma previsão de uma poupança de quatro milhões de euros, valor obtido a partir de dedução da despesa corrente à receita corrente e que se destina a investimento. Questionamos, em que tipo de investimento será usado esta poupança? Ainda neste documento é possível consultar no quadro seis a evolução dos impostos diretos, a isenção de derrama para empresas, cujo volume de negócios no ano anterior não tenha ultrapassado os cento e cinquenta mil euros. Há um acréscimo na receita prevista para este imposto de duzentos e nove mil euros que corresponde a mais de vinte e oito mil e seis relativamente a 2019. No que concerne ao IMI, pode ver-se que a taxa para 2020 é de zero ponto trinta e oito, porém, prevê um acréscimo de setenta mil euros, o que representa mais de uma vírgula, trinta e seis por cento. Perguntamos, se há um excedente na diferença entre a receita corrente e o somatório da despesa corrente, porque não aliviar os impostos? Só se compreende devido ainda ao enorme endividamento e à urgência da redução do mesmo. No fundo, os municípios continuam ainda hoje a suportar os gastos exagerados de outros tempos, aliás, basta consultar o quadro oito, página vinte e cinco, referente à amortização média de empréstimos a médio e longo prazo e concluímos que é preciso pagar erros do passado. Consideramos ser possível dar ênfase à qualidade de vida dos municípios e o melhor investimento na melhoria das condições de vida, ao invés de priorizar a redução da dívida. Por estes motivos, apesar

de reconhecermos o esforço e o bom trabalho de equilíbrio financeiro deste executivo, consideramos, porém que, neste momento, o investimento em todo o concelho poderia ser superior, mas tal não é possível devido às megalomanias que ocorreram no passado, por isso, a bancada do PS vota contra o presente documento.”-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, apresentou a seguinte Declaração de Voto, subscrita pelos elementos do PSD, do seguinte teor: “O Orçamento e as Grandes Opções do Plano, documentos previsionais da Câmara Municipal de Cantanhede para 2020, são simultaneamente documentos económicos e políticos, cuja elaboração e execução implicam em enorme esforço, seja pela complexidade de elencar e acomodar as várias rubricas, seja pelas estreitas margens orçamentais definidas em consequência de determinações legais, seja ainda pela necessidade de garantir receita que permita concretizar investimentos e obras capazes de alavancar mais desenvolvimento económico e social no concelho. Naturalmente isso obriga a uma palavra de apreço para com toda a equipa técnica responsável pela sua elaboração, assim como pela exatidão e justiça que os decisores políticos lhes procuraram imprimir. Como consta da introdução dos documentos apresentados pelo executivo liderado por Helena Teodósio, “não obstante perspetivar-se um abrandamento da evolução do cenário macroeconómico do país, essa circunstância não obstaculizará que o Orçamento do Município de Cantanhede para 2020, seja o reflexo das prioridades do executivo camarário na prossecução duma estratégia de desenvolvimento concelhio”, estratégia essa que se pauta pelos mesmos princípios que têm norteado a elaboração dos documentos previsionais: rigor, prudência, realismo, estabilidade orçamental e sustentabilidade das finanças públicas do Município. O que se perspetiva é portanto uma lógica de equilíbrio e competitividade, na qual se destacam os seguintes aspetos: - O orçamento tem um

valor global superior a 27,7 milhões de euros, 4% superior ao do ano anterior, o que se justifica com o auge da execução financeira do PEDU e o acréscimo de algumas componentes da despesa, nomeadamente os recursos humanos, os transportes e refeições escolares, os combustíveis, a energia e a inscrição de novos investimentos necessários à melhoria do contexto económico e social do concelho; - De grande relevo é também a previsão de uma poupança de 4 milhões de euros, valor obtido a partir da dedução da despesa corrente à receita corrente e que se destina a investimento; - A regra do equilíbrio orçamental é largamente cumprida, gerando mesmo um excedente de 1.6 milhões de euros na diferença entre a receita corrente e o somatório da despesa corrente com o valor médio dos reembolsos de empréstimos de médio e longo prazo; - Na receita, destaca-se que a Câmara abdica de uma parte significativa das receitas a que tem direito, em benefício de cidadãos e empresas: mantém a taxa de IMI em 0,38% (muito inferior à taxa máxima de 0,45%); mantém a redução 20, 40 ou 70 euros no IMI a pagar pelas famílias com, respetivamente, um, dois e três ou mais dependentes a cargo; mantém também o apoio às pequenas empresas, isentando-as de derrama, quando o volume de negócios no ano anterior não tenha ultrapassado os 150.000 euros; - Saúda-se que se pretenda dar continuidade ao investimento no reforço da coesão social, na atração e fixação de pessoas e no bem-estar das populações e que para a prossecução deste desiderato, sejam despendidos mais de 8,3 milhões de euros em funções sociais e particularmente nas áreas da educação e da ação social; - Dos investimentos com financiamento aprovado pelo Portugal 2020, salientam-se os que dizem respeito ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), cujos eixos prioritários são a promoção de estratégias de baixo teor de carbono (no qual se inclui a 1ª fase da criação da rede ciclável urbana), a adoção de medidas destinadas a melhorar o

ambiente urbano e a revitalizar as cidades (no qual se incluem a reabilitação do espaço ETPC/Museu da Pedra/Casa da Cultura e a requalificação de diversas ruas no miolo urbano da cidade) e a concessão de apoios à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas (no qual se inclui a requalificação do Bairro Vicentino, tanto a nível do edificado, como do espaço público); - Obras estruturantes são também várias outras inscritas na rubrica "transportes rodoviários e além das inscritas no PEDU, dotadas com uma despesa a rondar os 2,5 milhões de euros e que, numa perspetiva de equidade e coesão territorial, incluem a execução de arruamentos, passeios, valetas e pontões, bem como na construção e beneficiação de sistemas de drenagem de águas pluviais em várias zonas do concelho; - Finalmente, justifica-se uma referência a várias outras rubricas dignas de registo, como "indústria e energia", dotada com mais 1,5 milhões de euros (cujo desenvolvimento e pujança é avaliável pelo aumento da receita de derrama), "desporto, recreio e lazer", com mais de 1,3 milhões de euros, assim como a rubrica "transferências entre administrações", com mais de 1.1 milhões de euros, nos quais se incluem as significativas verbas a transferir para as Juntas de Freguesia; - Sugestivo também é a opção de outras forças políticas que, auscultadas a fazê-lo em tempo útil e no local próprio, não tenham apresentado propostas concretas e específicas para estes documentos previsionais, fazendo-o estranhamente a posteriori; - Terminamos citando as palavras de Mário Centeno, Ministro das Finanças do atual governo socialista, proferidas esta semana: "todos aqueles que façam propostas que alterem o equilíbrio orçamental, têm, em nome da transparência, que explicar a todos os portugueses o que farão com todas as outras prioridades ou falta delas que queiram plasmar no documento. Pelo exposto, a bancada do PSD na

Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020."-----

----- O Sr. Presidente da mesa, João Moura, informou que a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, pediu a palavra e recordou ter questionado se alguém queria algum esclarecimento, não tendo havido inscrições. No entanto, entende que, a Assembleia Municipal é um espaço de debate, de confronto de ideias, do exercício do contraditório, e verificando-se que na declaração de voto do Partido Socialista foram mencionadas várias afirmações, entende que se a Sr.^a Presidente da Câmara quiser ter a palavra para, eventualmente, poder exercer o contraditório em relação às críticas feitas pelo Partido Socialista, deve tê-la. Acrescentou não lhe parecer correto que a bancada do PS não se tivesse pronunciado sobre a proposta de Orçamento e do Plano de Atividades, para depois, num segundo momento, exercer o direito de voto, sem dar possibilidade à Sr.^a Presidente da Câmara de dar uma justificação.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio referiu que, se houver algum constrangimento, poderá dar as explicações que pretende juntamente com os alguns dos pontos a discutir no decorrer da sessão.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual considerou que a declaração de voto apresentada pela bancada do PS lhe parece vir de quem não viu o documento apresentado, porque acha extraordinário que diga que os fundos comunitários são todos em Cantanhede. Assim, explicou que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano é unicamente para as cidades, pelo que a obra de requalificação em Cantanhede ficou por 15% do seu valor em vez de 100%. Acrescentou que a obra tinha mesmo que ser feita e assim os restantes 85% poderão ser canalizados para as freguesias, beneficiando assim o resto do concelho. Para além daquele fundo

comunitário, recordou que também existem fundos comunitários de apoio a programas de ação social e de apoio ao insucesso escolar que abrangem todo o concelho e que, quer a EB1 de Febres, a EB1 da Tocha, o Jardim de Infância da Pocariça estão em obras com fundos comunitários. Acrescentou que, o mesmo acontece com a intervenção dos Olhos da Fervença e com as valas e as limpezas que estão a ser feitas em todo o concelho de acordo com os problemas do LESLIE e dos incêndios. Acrescentou ainda que a CIM vai tentar também que as vilas possam vir a ter um instrumento urbanístico, para também poderem beneficiar de fundos comunitários. Recordou de seguida que, a Bancada do Partido Socialista tem sempre questionado sobre a conclusão do Parque Desportivo de Cantanhede e agora, como se conseguiram libertar fundos comunitários para outras obras, a mesma já é possível. Considerou assim que o que foi afirmado é um desrespeito ao desenvolvimento da cidade, porque a cidade para além de ser uma freguesia é o centro nevrálgico de todo o concelho. Recordou que, quando houve a opção de fazer parques desportivos pelo Concelho, já era Vereadora e que, como alguns ficaram por terminar, é justo que sejam concluídos. Relativamente à verba que vai ser injetada em despesa de capital, informou ser o valor que se pode libertar para depois ser investido nas obras que estão previstas. Relativamente aos impostos, afirmou não conseguir perceber a afirmação porque, se por um lado é para aliviar os impostos, por outro lado tem de haver mais investimento. Recordou que o Município já aliviou os impostos no que toca à Derrama, relativamente a todas as empresas com menos de 150.000,00 € e que, curiosamente, até à data, nenhum dos empresários com quem teve reuniões lhe tem falado sobre o assunto. Acrescentou ainda que, curiosamente, quem verificar os valores, poderá confirmar que se há algum imposto que está a subir é exatamente a Derrama, imposto destinado ao investimento nas Zonas Industriais e que não chega. Concluiu assim

que, a política que o Município está a seguir, do ponto de vista do desenvolvimento, está a produzir os efeitos certos. Relativamente ao resto do Concelho e às freguesias, recordou que os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia variam nas suas próprias opções que podem ir desde a requalificação das escolas, dos fontanários, de capelas mortuárias até à conclusão de um parque desportivo ou à requalificação urbana. Acrescentou que tudo tem que ser potenciado porque não é só construir, depois existem os custos de manutenção que vão acrescer aos já existentes e ainda, para além do que poderá advir com as transferências de competências. Recordou que, neste último caso, estão em causa milhões que o Governo do Partido Socialista não dá aos municípios, que quer fazer uma entrega venenosa de um projeto que não sabe cuidar, o que é preocupante. Acrescentou ter pena que a declaração de voto demonstre talvez imposições partidárias e, sobretudo, uma tomada de posição que é contra o concelho de Cantanhede, no caso concreto contra a cidade, porque, no que diz respeito à parte técnica, nunca houve tanta obra a decorrer no concelho. Recordou, de seguida que, quando fez as reuniões de preparação do orçamento, ninguém apresentou qualquer proposta apesar do Executivo estar disposto a ouvir e a partilhar pelo que, se não propõem nada, não consegue entender como é que criticam. Finalizou a sua intervenção agradecendo ao Sr. Presidente da Mesa por lhe ter permitido prestar os esclarecimentos necessários.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual afirmou tratar-se antes de mais, de uma posição política. Acrescentou que o Executivo tem o dever de apresentar o orçamento e a sua bancada tem o direito de o criticar ou não, sendo um direito que lhes assiste. Em termos de trabalhos da Assembleia, questionou sobre qual a diferença entre uma intervenção e uma declaração de voto porque, efetivamente, na declaração de voto estão questões e não

conclusões. Referiu que, se esse facto motivou a intervenção muito concisa da Senhora Presidente da Câmara, com o qual a bancada do PS não concorda, é um direito que lhes assiste. Agradeceu de seguida, o convite que lhes foi feito e informou que estarão sempre disponíveis para falar sobre aqueles assuntos, mas também têm o direito de contribuir ou não. Finalmente, voltou a questionar sobre a diferença entre uma intervenção e uma declaração de voto, porque caso houvesse diferença, teria pedido e falado antes. Acrescentou não ter qualquer problema, quer pessoalmente, quer em representação da bancada, de discutir o contraditório acerca de qualquer assunto dentro na Câmara Municipal ou na Assembleia Municipal, com quem quer que seja e, ainda que não mistura as esferas políticas e as esferas pessoais. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, usando a sua faculdade de dirigir os trabalhos da Assembleia, afirmou ter constatado o facto que, de algum tempo para cá, a bancada do Partido Socialista, quando se apresentam os orçamentos, pura e simplesmente não fala e depois aparece só com a declaração de voto. Acrescentou que, efetivamente é um direito da bancada, mas, sendo a Assembleia Municipal uma casa da democracia e, como a declaração de voto teve um conjunto de intervenções, percebeu que o Executivo e particularmente a Senhora Presidente da Câmara quereria responder. Afirmo finalmente ter entendido que a Sr.ª Presidente da Câmara o deveria fazer na própria sessão, naquele exato momento e não dois ou três pontos depois e, não dando mais a palavra, encerrou o assunto.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção de passeios na Freguesia de Ançã», o Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de**

Cadima / Escoamento de águas pluviais na Rua dos Barrios - Cadima», o Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Projeto de construção do Museu da Ourivesaria e Relojoaria de Febres», o Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Requalificação do Estaleiro da Junta de Freguesia», o Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Colocação de toldo na Escola EB1 da Sanguinheira», o Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Obras de beneficiação do Complexo Desportivo da Tocha», o Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Beneficiação da EB1/JI da Tocha», o Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Requalificação do Lago da Praia da Tocha», o Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariza / Construção de passeios junto à Escola Técnico Profissional de Cantanhede», o Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de corta mato e reboque», o Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Ampliação dos cemitérios da freguesia», o Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação de Largos em Vilamar e Corticeiro de Cima», o Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de

atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de pórticos toponímicos», o Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de terreno para estaleiro e alargamento do Cemitério da Camarneira», o Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Extinção de poço na via pública», o Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação da sede da Junta de Freguesia», o Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e Uniões de Freguesia parceiras / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2018/2019», o Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias ou Uniões de Freguesia do Concelho» e o Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Prova Desportiva / VI Prova da Taça Regional do Centro em XCM», tratam de atribuições de subsídios e isenção de taxas às Juntas de Freguesia, pelo que solicitou que fossem explicados em conjunto, sendo, de seguida votados individualmente. Assim, informou que, no âmbito das intervenções que deveriam ser feitas pelo Município, em articulação com as Juntas de Freguesia, uma intervenção feita pela Junta de Freguesia Ançã relativa à construção de passeios, no valor de 2.029,50 €, escoamento de águas pluviais na Rua dos Barrios em Cadima no valor de 3.277,50 €, para o projeto da construção do Museu de Ourivesaria e Relojoaria da Freguesia de Febres no valor de 7.995,00 €, para a requalificação do

estaleiro da Junta de Freguesia da Sanguinheira, o valor de 3.021,00 €, para a colocação de um toldo na EB1 da Sanguinheira, para a freguesia da Sanguinheira, no valor de 1.126,96 €, para obras de beneficiação do Complexo Desportivo da Tocha, à freguesia da Tocha, o valor de 3.853,60 €, para a beneficiação da Escola EB1 JI da Tocha, também à Freguesia da Tocha, o valor de 2.380,42 €, para a requalificação do lago da Praia da Tocha, ainda à Freguesia da Tocha, o valor de 4.515,50 €, para a construção de passeios junto à Escola Técnico-Profissional de Cantanhede, em termos de mão-de-obra, à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, o valor de 5.337,59 €, para a aquisição de um corta-mato e reboque, à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, o valor de 975,00 €, para ampliação dos cemitérios da freguesia, também à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, o valor de 2.022,48 €, para a requalificação dos largos de Vilamar e do Corticeiro de Cima, à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, o valor de 24.390,51 €, para aquisição de pórticos toponímicos, ainda à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, o valor de 9.286,50 €, para aquisição de terrenos para um estaleiro e alargamento do cemitério da Camarneira, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, o valor de 5.000,00 €, para a anulação de um poço na via pública e alargamento dessa via, também à União das Freguesias de Covões e Camarneira, o valor de 947,10 €, para a requalificação da sede da Junta de Freguesia de Covões, ainda à União das Freguesias de Covões e Camarneira, o valor de 10.389,39 €.

Relativamente à Universidade dos Tempos Livres do concelho de Cantanhede, animação comunitária, atribuição de subsídios às entidades parceiras, concretamente, dependendo do número de cursos, para a Freguesia de Ançã, 1.100,00 €, para a Freguesia de Cadima 550,00 €, para a Freguesia de Febres 1.650,00 €, para a Freguesia de Murtede 550,00 €, para a Freguesia de Ourentã

550,00 €, para a União das Freguesias de Portunhos e Outil 1.650,00 €, para a União das Freguesias de Sepins e Bolho 1.650,00€ e para a Freguesia da Sanguinheira 550,00 €. Relativamente à atribuição de subsídios em géneros, isto é, material que foi entregue ao longo do ano e não constava de protocolo, um subsídio em géneros de areia fina para o cemitério à freguesia de Ançã no valor de 62,00 €, trabalhos referentes à pavimentação do Centro de Limpeza de Pulverizadores de Cordinhã, à Freguesia da Cordinhã no valor de 3.761,13 €, para fornecimento e plantação de árvores no campo de jogos do Seadouro, à União das Freguesias de Covões e Camarneira o valor de 3.924,63 €, materiais para as obras do cemitério da Sanguinheira e do muro da casa mortuária da Freguesia da Sanguinheira, à Freguesia da Sanguinheira, o valor de 302,22 €, para a regularização do campo de futebol de 5 do Corticeiro de Cima e zona envolvente, bem como para a regularização base do estaleiro de materiais, à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, o valor de 6.137,05 €. Finalmente, relativa à 6.ª prova da Taça Regional do Centro de XCM, uma isenção de taxas no valor de 17,68 €, pela emissão da licença para a prova desportiva à Freguesia de Cadima.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Construção de passeios na Freguesia de Ançã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / escoamento de águas pluviais na Rua dos Barrios - Cadima»**:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocada à votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

Freguesia de Cadima / escoamento de águas pluviais na Rua dos Barrios - Cadima», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Projeto de construção do Museu da Ourivesaria e Relojoaria de Febres»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Projeto de construção do Museu da Ourivesaria e Relojoaria de Febres», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Requalificação do Estaleiro da Junta de Freguesia»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Requalificação do Estaleiro da Junta de Freguesia», tendo este sido aprovado por unanimidade».-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Colocação de toldo na Escola EB1 da Sanguinheira»:-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Colocação de toldo na Escola EB1 da Sanguinheira», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Obras de

beneficiação do Complexo Desportivo da Tocha».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 12 - «**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Obras de beneficiação do Complexo Desportivo da Tocha**», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Beneficiação da EB1/JI da Tocha».**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 13 - «**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Beneficiação da EB1/JI da Tocha**», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha /Requalificação do Lago da Praia da Tocha».**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 14 - «**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha /Requalificação do Lago da Praia da Tocha**», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Construção de passeios junto à Escola Técnico Profissional de Cantanhede».**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 15 - «**Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à**

União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Construção de passeios junto à Escola Técnico Profissional de Cantanhede», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de corta mato e reboque».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de corta mato e reboque», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Ampliação dos cemitérios da freguesia».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Ampliação dos cemitérios da freguesia», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação de Largos em Vilamar e Corticeiro de Cima».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação de

Largos em Vilamar e Corticeiro de Cima», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de pórticos toponímicos».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Aquisição de pórticos toponímicos», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de terreno para estaleiro e alargamento do Cemitério da Camarneira».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de terreno para estaleiro e alargamento do Cemitério da Camarneira», por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Extinção de poço na via pública».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Extinção de poço na via pública», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação da sede da Junta de Freguesia».

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Requalificação da sede da Junta de Freguesia», tendo este sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e União de Freguesia parceiras / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2018/2019».

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio às Freguesias e União de Freguesia parceiras / Universidade dos Tempos Livres do Concelho de Cantanhede / Animação Comunitária 2018/2019», tendo este sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias ou União de Freguesia do Concelho».

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio em géneros relativos a bens doados e serviços fornecidos às Freguesias ou União de Freguesia do Concelho», tendo este sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da

proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Prova Desportiva / VI Prova da Taça Regional do Centro em XCM».-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 25 - **«Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Prova Desportiva / VI Prova da Taça Regional do Centro em XCM, tendo este sido aprovado por unanimidade.**-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 26 - «Relação das Isenções das Taxas Municipais concedidas / 2.º semestre de 2019 pela Câmara Municipal de Cantanhede».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o valor das isenções das Taxas Municipais no 2.º semestre atingiu o valor de 820.074,49 €. Acrescentou que aquelas isenções de Taxas dizem respeito a variadíssimas coisas, mas as que têm um peso maior são isenções relacionadas com o Urbanismo. Deu de seguida alguns exemplos de entidades que obtiveram isenção de taxas, como o Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres, a ACAP da Pocariça, a Associação do Escoural e Barris de Baixo, a Comissão Melhoramentos de Vilamar, a Associação Distrital de Atletismo de Coimbra, a AEC, o Ançã Futebol Clube, o Orfeão Vox Caeli, o Sporting Clube Povoense, entre outras e ainda algumas freguesias.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Autoridade de Transportes entre o Município de Cantanhede e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que o Município já delegou competências municipais enquanto autoridade de transportes de serviço público de passageiros na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, tendo celebrado um contrato interadministrativo de delegação de competências, tal como os outros municípios da Comunidade. Informou de seguida que, a Comunidade Intermunicipal está a proceder a um concurso público internacional, tendente à celebração do contrato de concessão de serviço público, sendo o aditamento em causa apenas uma salvaguarda para o período que medeia até à conclusão desse mesmo concurso, uma vez que se justifica a necessidade de manter os serviços atuais de transportes públicos rodoviários de passageiros até à data da concessão desse mesmo concurso internacional. Acrescentou que se prevê que o serviço, objeto daquele contrato de concessão, entre em funcionamento efetivo depois do mês de dezembro, mas como tem havido atrasos, há necessidade de manter os serviços atuais de transporte públicos. Informou ainda que, todos os procedimentos concursais foram desenvolvidos pelo Município, tal como aconteceu nos restantes Municípios da CIM, que também têm que trazer à Câmara e à Assembleia Municipal o aditamento em causa, para que não fiquem sem aquele serviço. Concluiu assim que, o aditamento tem, única e exclusivamente, a ver com a intenção dos municípios manterem o serviço de transportes públicos até que o concurso da Comunidade Intermunicipal esteja concluído.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências de Autoridade de**

Transportes entre o Município de Cantanhede e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos da Delegação das Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, CIM-RC».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou, no seguimento do que acabou de dizer, que a CIM lançou um concurso público internacional para a celebração de um contrato de serviço público com um operador privado, o qual vai ser selecionado através desse mesmo concurso. Acrescentou que, esse contrato irá ter a duração improrrogável de cinco anos, impondo obrigações do serviço público ao operador, com um valor máximo anual, a pagar ao operador a título de compensação por obrigação de serviço público de 2.909.883,79 €, mais IVA. Informou ainda que, está estabelecido um princípio pelo qual os municípios não irão, na sua percentagem, pagar mais do que estão a pagar na atualidade. Nesse sentido, explicou que, para além dos transportes escolares, o Município incluiu os Transportes Urbanos de Cantanhede que, como todos sabem era muito deficitário. Acrescentou que o Município tem pago cerca de 563.000,00 €, mais IVA, em despesa com transportes, incluindo o prejuízo dos Transportes Urbanos de Cantanhede, o que corresponderá para o Município 10,97 % daquele valor. Acrescentou ainda que o pagamento à CIM será mensal, de acordo com todas as regras que estão estipuladas estando para aprovação por parte da Assembleia Municipal a proposta de acordo de financiamento com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a responsável no momento por fazer todo o

procedimento em termos de concurso. Referiu ainda que se trata de um processo difícil porque são 19 municípios, cada um com algumas situações mais privadas, tal como o Município de Coimbra que tem os transportes municipais e que não entra nesta parte, apenas na parte muito afastada da cidade, ou a Figueira da Foz que também tem algumas situações diferentes.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Rogério Marque, o qual, aproveitando o assunto dos transportes públicos, referiu que relativamente ao equipamento e aos locais de espera dos autocarros, nomeadamente, junto à estação, onde era a antiga paragem dos autocarros, existe lá um escritório aberto durante a semana, mas ao fim de semana, as pessoas não têm onde ficar abrigadas do frio ou da chuva quando estão à espera pelo que a situação deveria ser revista.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual acrescentou que perto do Museu da Pedra, há uma paragem de autocarro que não tem qualquer abrigo, o que faz com que muitas vezes, as pessoas e as crianças se abriguem da chuva no seu próprio prédio.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de acordo de Financiamento das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos da Delegação das Competências dos Municípios enquanto Autoridades de Transportes com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, CIM-RC»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo Municipal»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que na parte mais antiga da cidade era importante arranjar estacionamento, daí a necessidade deste regulamento ser aprovado. Acrescentou que o regulamento esteve em período de discussão pública, não tendo tido qualquer reclamação ou sugestão. Informou de seguida que, aquele estacionamento tem 92 lugares, irá ter um sistema mecânico de controlo de entradas e destina-se a veículos ligeiros, não podendo lá entrar nem autocarros, nem carros a gás, nem carros com atrelados, nem carros com mais de 2,10m. O horário normal será das 8h00 às 20h00 e o pagamento terá várias opções, nomeadamente, compra de um cartão para 24 horas, para tentar desmotivar o estacionamento diário e contínuo e para ir ao encontro de quem vem ao comércio tradicional ou aos serviços administrativos, por exemplo. Acrescentou que, a primeira meia hora é grátis, entre 30 a 45 minutos o custo será de 0,50 €, até 60 minutos o custo será de 0,90 €, segunda hora e seguintes o custo será de 0,80 €. Poder-se-á também adquirir um cartão rotativo diário por 6,00 €, das 8h00 às 20h00 ou um cartão rotativo noturno para quem apenas necessita de guardar o carro nesse período, por 3,00 €. Existirá ainda um cartão de assinante válido por um mês, com as seguintes modalidades: - Para 24 horas, 70,00 €; - das 8h00 às 20h00, 40,00 €; - das 19h00 às 10h00, 30,00 €. Para além desses cartões, também existirá um cartão de residente para os residentes da Rua Afonso Henriques e da Rua Henrique Barreto, limitado a 30 lugares do parque, para 24 horas por 50,00 €. Acrescentou que, agora é intenção de adquirir o equipamento necessário e de ter alguns cuidados redobrados em termos de segurança porque há uma entrada que dá para o estacionamento dos condóminos, onde já houve vandalismo e há uma saída para dentro do Centro Comercial que tem que ficar aberta à noite para ter saída de emergência. Finalizou a sua intervenção

considerando que aqueles lugares de estacionamento são importantes para aquela zona da cidade, apesar dos Serviços estarem a tentar ver algumas zonas maiores, tais como casas que estão devolutas ou com quintal maior para poderem criar mais zonas de estacionamento, o que não é fácil porque as casas são estreitas.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento do Parque de Estacionamento Subterrâneo Municipal»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento de Incentivo à Empregabilidade»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou o Regulamento Municipal de Incentivo à Empregabilidade já esteve em vigor e teve a duração de um mandato. Acrescentou que o mesmo foi reformulado, sendo que as linhas gerais são idênticas. Informou ainda que a atual proposta esteve em consulta pública e que, de acordo com os serviços, não foram apresentadas sugestões ou reclamações. Assim, esclareceu que o objetivo, mais uma vez, é o incentivo à empregabilidade, destinado especificamente a empresas que contratem trabalhadores desempregados ou jovens à procura do primeiro emprego, sendo o subsídio de 600,00 € por trabalhador, até ao limite máximo de 15 trabalhadores por entidade. Informou finalmente que, ao longo do período anterior, várias empresas apresentaram candidatura àquele subsídio pelo que se submete à Assembleia o novo Regulamento Municipal de Incentivo à Empregabilidade para, voltar a implementar aquele incentivo.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto**

30 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento de Incentivo à Empregabilidade», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 31 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sessão de 14/12/2018 / Para conhecimento»,-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, no período entre 18 de setembro de 2019 e 30 de novembro de 2019, foram assumidos os seguintes compromissos: - A Prestação de serviços para instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios no valor de 238.000,00€, com efeito em dois anos; - O fornecimento continuado de gasóleo de aquecimento; - A prestação de serviços para elaboração do projeto para requalificação e remodelação da EB1 e JI de Febres; - A prestação de serviço para a elaboração do projeto da EB1 e JI da Tocha; - A celebração do contrato ao abrigo do acordo-quadro para a confeção e fornecimento de refeições escolares aos alunos do Centro Escolar de Cadima; - O contrato para os transportes coletivos de crianças, enquanto não houver outro concurso no âmbito do projeto "Realiza-te"; - A prestação de serviço de consultadoria técnica para a equipa multidisciplinar no plano intermunicipal de prevenção ao abandono escolar e promoção do sucesso educativo da Região de Coimbra; - O diferimento do subsídio atribuído à União de freguesias de Covões e Camarneira para a construção do polivalente da Camarneira, porque o concurso ficou deserto; - O diferimento do subsídio atribuído à Associação de Cordinhã Rumo ao Futuro para a construção de um lagar de varas; - A transferência para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, da delegação de competências no âmbito do Eurovelo pela rota da Costa Atlântica da CIM.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)».

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que se trata do pedido de autorização prévia para que a Câmara possa assumir compromissos plurianuais no próximo ano, no âmbito da lei de compromissos e pagamentos em atraso, pelo que tem que ter autorização por parte da Assembleia Municipal.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação do pedido de Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais por parte da Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA)», tendo este sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / Concurso Público para a Requalificação das Ruas Joaquim António de Aguiar, do Sequeira e Saro Negrão, por empreitada».

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que existe a necessidade da autorização para que a obra tenha efeitos em dois anos. Acrescentou que a despesa se estima em 504.716,90 €, mais IVA, sendo comparticipada em 85% por fundos europeus.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do

compromisso plurianual / Concurso Público para a Requalificação das Ruas Joaquim António de Aguiar, do Sequeira e Saro Negrão, por empreitada», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / Concurso Público para a Requalificação do Bairro Vicentino – Edificação e Espaço Público, por empreitada».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou ser uma obra que pessoalmente lhe dá muito prazer pelo efeito que tem. Acrescentou que se trata da requalificação de todo o Bairro Vicentino pelo valor de 1.340.896,48 €, mais IVA a 6%, sendo que 992.845,00€ destinam-se a parte do edificado e 348.050,00 € ao espaço público, com a duração de 720 dias e com efeitos nos anos de 2020/2021.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / Concurso Público para a Requalificação do Bairro Vicentino – Edificação e Espaço Público, por empreitada», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 35 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / Concurso Público para a Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do acordo quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários (AQ 09/2018), promovido pela CIM-RC».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o valor do Concurso Público para

o qual a Câmara Municipal precisa de autorização é de 348.984,00 €, mais IVA, por um período de 23 meses, a começar a 1 de março de 2020 e a terminar a 31 de janeiro de 2022.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 35 - «Apreciação, discussão e votação da autorização da assunção do compromisso plurianual / Concurso Público para a Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do acordo quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários (AQ 09/2018), promovido pela CIM-RC»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 36 - «Apreciação, discussão e votação da retificação da Deliberação de 17/10/2017 / Remuneração dos Membros do Conselho de Administração da INOVA -- Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que foi detetado um mau entendimento do que foi deliberado, quer pela Câmara, quer pela Assembleia, relativamente ao valor do vencimento do Presidente do Conselho de Administração da INOVA, EM-SA e do Administrador Executivo, no sentido dos seus vencimentos serem iguais ao vencimento de um Vereador. Esclareceu, de seguida que, à época o Executivo estava com os cortes e o vencimento foi entendido como sendo o valor do vencimento com os cortes, quando deveria ter sido definido como o vencimento sem os cortes, ao qual seria aplicada a redução remuneratória. Acrescentou que, como a base do vencimento ficou com a redução remuneratória, importa fazer essa correção, ficando portanto, o vencimento por inteiro, ao qual é efetuada a redução remuneratória, porque os

elementos do Executivo da Câmara e o Conselho de Administração da Empresa Municipal ainda têm essa redução remuneratória.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 36 - «Apreciação, discussão e votação da retificação da Deliberação de 17/10/2017 / Remuneração dos Membros do Conselho de Administração da INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A.», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 37 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2020 / Transportes Urbanos de Cantanhede».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que deve ser o último ano em que este contrato-programa irá ser feito, caso o concurso decorra bem por parte da CIM-RC. Acrescentou que, para o contrato-programa destinado aos transportes urbanos de passageiros, a transferência da autarquia para a INOVA será de 56.000,00 €, em 12 prestações iguais.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 37 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão celebrado entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2020 / Transportes Urbanos de Cantanhede», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 38 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2020 / Limpeza urbana».

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a Empresa Municipal irá realizar a limpeza e higiene pública urbana pertencente ao domínio público municipal, mediante a transferência de 358.000,00 €, a efetuar em doze prestações mensais a serem pagas até ao dia quinze de cada mês, como é habitual, com início em janeiro.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 38 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2020 / Limpeza urbana», tendo este sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao Ponto 39 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2020 / Quinta Agrícola Biológica».

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que para a Quinta Agrícola, o contrato-programa é de 45.000,00 €, nos mesmos moldes, em doze prestações iguais.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 39 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A,

para o ano de 2020 / Quinta Agrícola Biológica», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 40 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2020 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o valor do contrato-programa é de 662.000,00 €, em 12 prestações, para a conservação, gestão e manutenção dos espaços verdes pertencentes ao domínio público municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o Ponto 40 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2020 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 41 - «Reembolso e restituição da Derrama liquidada em 2017 pelos Sujeitos Passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00 €, no exercício económico de 2017 / Para conhecimento».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que conforme foi deliberado, os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00 €, no exercício económico de 2017, não iriam pagar, mas essa informação não chegou à Autoridade Tributária de acordo com o que deveria ter chegado. Pelo exposto, foram notificadas todas as

empresas visadas e feita divulgação desse facto junto da AEC. Assim, informou que existem mais 5 requerimentos com o valor de 2.638,87 € a restituir. Informou ainda que, até ao momento, 68 empresas solicitaram a devolução daquele imposto pago indevidamente, perfazendo um valor total de 12.095,61 €.

----- A Assembleia tomou conhecimento.

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 42 - «Apreciação, discussão e votação da 6.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2019».**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que houve necessidade de se fazer a revisão em causa por causa de duas obras. Informou de seguida que foi assim necessária a inscrição dos valores da plurianualidade da Requalificação do Bairro Vicentino, com um reforço de 11.000,00 € em 2020 e ainda para a Beneficiação e Conservação de Antigos Edifícios Escolares, também um reforço de 35.000,00 €, para a Beneficiação da Antiga EB1 da Granja.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 42 - «Apreciação, discussão e votação da 6.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Ano Financeiro de 2019»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.

----- **Passou-se de seguida ao Ponto 43 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2020».**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, no momento, há uma grande dificuldade em termos de se conseguir, sobretudo, assistentes operacionais. Afirmou,

de seguida, rezear que, quando vierem as delegações de competências, ainda será pior porque, se neste momento existe cada vez mais a necessidade de ter carpinteiros, eletricitas, pedreiros, pintores, auxiliares diversos e se não os há, muito menos haverá quando houver mais necessidade. Por outro lado, será ainda necessário um reforço na área dos recursos humanos e na parte financeira. Relativamente ao Mapa de Pessoal em discussão, informou que o mesmo contempla 289 postos de trabalho, com 12 propostas de recrutamento por tempo indeterminado e 5 propostas de recrutamento a termo resolutivo certo. Esclareceu, de seguida que, relativamente às propostas de recrutamento por tempo indeterminado, 6 propostas são para assistentes operacionais na área de auxiliar da ação educativa, 2 propostas para mobilidade intercarreiras, 5 propostas para assistentes operacionais em que dois são auxiliares de serviços gerais, dois motoristas de pesados e um canalizador. Em relação às propostas de recrutamento a termo resolutivo e mobilidade intercarreiras, um técnico superior para a área da proteção civil, um assistente operacional na área dos serviços gerais, dois assistentes técnicos e uma administrativa, um técnico de refrigeração e climatização, dois técnicos superiores na área da engenharia civil e um na área do turismo. Finalizou a sua intervenção informando que alguns concursos já estão a decorrer, mas irão só produzir efeito durante o próximo ano, por isso é que os referiu todos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 43 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o Ano de 2020»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se de seguida ao primeiro Ponto fora de agenda «Requalificação Urbana nas Freguesias / Celebração de Contratos Interadministrativos de**

Delegação de Competências com as Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho para o ano de 2020».-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual esclareceu que os três pontos que são fora da agenda, apesar dos procedimentos terem sido normais, só conseguiram ser presentes na última reunião camarária. Explicou, de seguida que, os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias e Uniões de Freguesias, dizem respeito às intervenções das Juntas de Freguesia que já referiu, na área da requalificação urbana, isto é, relativos a obras que as Juntas de Freguesia executam em áreas que são do património municipal. Referiu que tudo foi discutido com todos os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, tendo sido escolhidas as intervenções de acordo com os objetivos que pretendiam, a serem realizadas em 2020, o que ascende ao valor de 316.005,00 €, a distribuir por todas as freguesias do concelho. Finalizou a sua intervenção dando nota que o valor referido nada tem a ver com outros fundos que as juntas de Freguesia recebem e informou que, em termos de contratos interadministrativos recebem 317.000,05 €, com os acordos de execução 176.999,00 €, pelas obras 320.663,00 €, pelos Caminhos 94.000,00 €, com subsídios diversos, às vezes do âmbito social 153.833,00 €, o que perfaz um total de 1.062.550,66 €.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o primeiro **Ponto fora de agenda - «Requalificação Urbana nas Freguesias / Celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho para o ano de 2020»**, tendo este sido aprovado por unanimidade.

----- **Passou-se de seguida ao segundo Ponto fora de agenda «Transferências de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias / Aplicação do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, relativamente à questão em causa, já decorreram várias reuniões com os Srs. Presidentes das Junta de Freguesia, não tendo os mesmos pretendido a transferência de competências para 2019, tal como continuam a não pretender para 2020. Informou ainda que, aquelas transferências dizem respeito aos caminhos vicinais, à limpeza dos espaços públicos, aos espaços verdes e às escolas e que, caso fossem aceites, o Estado deixava de transferir os valores para a Câmara e passava a transferi-los diretamente para cada Junta de Freguesia. Acrescentou que, como havia ainda algumas indecisões, nomeadamente, no que respeita aos espaços verdes, ao percurso das vias a que cada freguesia ficaria afeta em termos de limpeza, entendeu-se criar uma Comissão constituída pelo Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, pelo responsável pela área jurídica, Serafim Pires, pelo Chefe de Gabinete, Pedro Castro e por alguns Presidente das Juntas de Freguesia, nomeadamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o Presidente da Junta da Tocha, Fernando Pais Alves e o Presidente da Junta de Febres, Carlos Alves, para analisar o assunto, o que espera seja feito com alguma celeridade, para que na próxima Assembleia Municipal, haja já uma decisão. Esclareceu ainda que, enquanto isso, continuará em vigor o acordo de execução existente no ano anterior e que perfaz o valor de 176.999,00 €, nos mesmos moldes que estava a ser executado. Finalizou a sua intervenção afirmando que, do ponto de vista da Câmara, se qualquer uma das Juntas de Freguesia pretender aceitar aquelas competências, o mesmo será comunicado à

DGAL e a transferência passará a ser feita diretamente para às Juntas e não para a Câmara, no entanto, como existe o compromisso de continuar a ser desenvolvido o acordo de execução, até que haja uma decisão por parte das Juntas de Freguesia, na próxima Assembleia poderá, eventualmente, ser presente à Assembleia Municipal uma transferência de competências para as mesmas.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o segundo Ponto fora de agenda «**Transferências de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias / Aplicação do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril**», tendo sido aprovada por unanimidade a proposta subscrita pela Senhora Presidente da Câmara, a qual consubstancia, nomeadamente: 1) Reiniciar novo procedimento, com a conseqüente negociação, tendente à transferência de recursos entre o Município e as Freguesias do Concelho, nos termos do disposto do n.º 6 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril; 2) Proceder à manutenção dos Acordos de Execução celebrados entre o Município e as Freguesias, até à concretização dos novos Acordos de Transferência de Competências e dos respetivos Autos de Transferência de Recursos, de acordo com o estipulado no n.º 4 do art.º 41.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, conjugado com o n.º 1 do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, 30 de abril.-----

----- **Passou-se de seguida ao terceiro Ponto fora de agenda «Contratação de Empréstimo de longo prazo para a Requalificação da Rede Viária no Concelho no montante de 3.200.000,00 €».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, no início da sessão, quando foi colocada a questão sobre as estradas, explicou a situação e o entendimento que o Município teve e que partilhou com os Senhores Presidentes de Junta. Recordou que,

o levantamento das intervenções necessárias ronda os 12.000.000,00 €, algumas de fundo que não se conseguirão fazer em 2020. Recordou, de seguida que, o Município está do ponto de vista financeiro saudável, conforme consta do Anuário financeiro, tem uma capacidade de endividamento de 16.250.000,00 €, pode ir à Banca e utilizar todo aquele valor, de forma faseada, 20% ao ano, daí o valor de 3.251.852,00 € que pode ser usado sem problema. Acrescentou ainda que, o empréstimo do saneamento financeiro termina em 2021, pelo que, como o atual empréstimo será feito por doze anos, com dois anos de carência, não ficando o Município com qualquer carga negativa do ponto de vista financeiro, estando tudo controlado. Informou de seguida que foram consultados todos os Bancos da Praça, tendo ficado quatro excluídos porque não cumpriam o caderno de encargos. Acrescentou que, a análise de risco por parte dos bancos foi extremamente rigorosa, no entanto, o Município foi avaliado muito positivamente e obteve a oferta de spreads excelentes, ganhando o BPI, com uma taxa de juro efetiva de 0,28%, por 12 anos e com 2 anos de carência. Acrescentou que o processo será submetido a Tribunal de Contas, conforme já tinha referido, instruído com um anexo que enumera todas as intervenções a realizar e os respetivos valores. Informou, finalmente que, para o ano, poder-se-á buscar novamente 3.200.000,00 €, assim como no ano seguinte, porque o Município continua a ter a uma capacidade de endividamento bastante boa e continuará também a primar pelo facto de não queremos passar nenhum ano com dívidas de curto prazo, para que, também os fornecedores possam ter uma vida financeira mais saudável como tem sido apanágio nos últimos anos.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o terceiro Ponto fora de agenda «Contratação de Empréstimo de longo prazo para a

Requalificação da Rede Viária no Concelho no montante de 3.200.000,00 €», tendo este sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados na sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, transmitiu a todos os presentes os seus votos de Boas Festas e de um ano 2020 sempre melhor que o anterior.-----

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murteide, Carlos Fernandes, em nome da bancada do PSD, desejou a todos os presentes Boas Festas, um Santo Natal e um próspero Ano Novo.-----

----- Também o Sr. Luís Pato, retribuiu os votos de um excelente Natal e de um próspero Ano Novo para todos os presentes na sessão.-----

----- Interveio novamente a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que a Delta, que tem sido um dos patrocinadores da EXPOFACIC, entendeu este ano dar cabazes de Natal para famílias mais carenciadas do concelho. Assim, o Executivo entendeu que, como já dá cabazes à Conferência São Vicente Paulo, aqueles fossem para todas as Juntas de Freguesia, tendo os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia escolhido duas famílias a quem os atribuir. Informou finalmente que, os referidos cabazes serão entregues no final da sessão aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

----- Finalmente, também o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, desejou a todos os presentes na sessão votos de um Feliz Natal e de um ano 2020 cheio de sucessos pessoais e profissionais.-----

----- Sendo 19h15, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário:



----- A Segunda Secretária:

